



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 34 - Nº 677 - DE 13 A 27 DE NOVEMBRO DE 2022 - R\$ 5,00

Greves e manifestações na Europa indicam o caminho da luta pelo fim da guerra na Ucrânia

**Somente a classe operária unida e organizada
sobre a base do programa da revolução proletária
pode impor o fim da guerra, sem os imperativos
dos Estados Unidos, União Europeia e OTAN,
uma paz sem anexação**

**Primeiros passos na formação
do governo de frente ampla de Lula
LUTAR DESDE JÁ PELA INDEPENDÊNCIA DA CLASSE
OPERÁRIA E DOS DEMAIS EXPLORADOS**

**Campanha internacional do Comitê de Enlace pela
Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) contra a prisão
de Rodrigo Echalar Amorós, militante do POR da Bolívia e
dirigente da Central Departamental da COB de Chuquisaca**

Combinam-se a crise econômica e a crise política nas potências

Ampliam-se as greves e manifestações na Europa em resposta à alta do custo de vida

Observa-se a combinação do avanço da crise econômica com a crise política. Neste exato momento, os democratas nos Estados Unidos rezam para que as previsões de vitória dos republicanos nas eleições legislativas e para governadores em meio do mandato de Joe Biden não se confirmem plenamente. Na maior potência, a divisão no seio da burguesia, que politicamente penetra fundo no âmago das massas, se radicaliza, ao ponto de analistas se referirem ao fortalecimento de tendências ultracentralistas e ditatoriais, encarnadas pelo “trumpismo”.

A Inglaterra acabou de passar por um grande estremecimento político, com a queda do primeiro-ministro Boris Johnson. O imediato fracasso de Lis Truss, sucessora de Johnson, obrigou o Partido Conservador a recorrer ao pouco conhecido Rishi Sunaki, cujo dote principal é do de ser um dos homens mais ricos do país.

Esses dois polos da crise política, que envolvem os Estados Unidos e a Europa, dão a dimensão da crescente instabilidade da situação mundial. Em sua base, encontra-se o processo de desintegração econômica, iniciado em 2008, e aprofundado com a recessão de 2009.

Os dois anos de Pandemia e os oito meses de guerra na Ucrânia dificultaram e dificultam o estabelecimento de um período de estabilização das relações econômicas, ainda que mínima e curta. É nesse marco que se potenciou a guerra comercial, impulsionada pela crise de superprodução, pelo estreitamento do mercado mundial, e acirramento da competitividade, principalmente entre os Estados Unidos e a China. Mais recentemente, aflorou a inflação, motivada principalmente pelo excesso de parasitismo financeiro, enorme endividamento dos Tesouros nacionais e guerra na Ucrânia, que vem causando a elevação do preço do petróleo, gás e alimentos. Eis por que as tendências predominantes são as de potencializar o processo de desintegração econômica em toda a parte.

As previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) são de que o crescimento mundial, no próximo ano, será menor que o de 2022. E que uma parte significativa dos países poderá entrar em recessão, como é o caso da Alemanha, Itália e Rússia. Nesse quadro, está prevista uma maior desaceleração da China e da União Europeia. Se o prognóstico se confirmar, os explorados sentirão ainda mais o peso da decomposição capitalista.

Camadas crescentes dos explorados vêm mobilizando-se na Europa, contra a alta do custo de vida e em defesa de aumento salarial. A paralisação mais recente de vários setores na Bélgica, seguindo o exemplo de greves e manifestações na França, Inglaterra, Espanha e Alemanha, consta como mais uma demonstração de que os explorados, obrigatoriamente, têm de se lançar à luta de classes.

No mesmo sentido, se destaca a greve geral na Grécia. Os trabalhadores gregos, além de exigirem aumento salarial, lutam para derrotar a contrarreforma trabalhista, posta em marcha pelo governo de Kyriakos Mitsotaky. A intervenção da polícia contra os manifestantes deixou claro que o governo da burguesia, de um país inteiramente submetido aos credores europeus, como é o caso da Grécia, não pode fazer concessões,

que atinjam os objetivos da política econômica voltados a sustentar o parasitismo financeiro.

Na Alemanha, em particular, a ultradireita, liderada pela “Alternativa para a Alemanha” (AfD), se vale do descontentamento das camadas mais pobres da classe operária e da classe média para se potencializar. Chamou a atenção a manifestação em frente ao parlamento alemão, para protestar contra o alto custo da energia e da alimentação. Mas, o mais significativo, nesse processo contraditório, foi a marcha dos 140 mil, realizada em Paris, em 16 de outubro, convocada por uma frente constituída pela “França Insubmissa”, ou seja, por social-democratas de esquerda. Outras manifestações, como as da República Checa, confirmam a potenciação da luta de classes.

Ao mesmo tempo, esses movimentos mostram a grave ausência de direções revolucionárias. Isso explica, em grande medida, por que os explorados europeus retardaram em reagir, de conjunto, aos reflexos da guerra na Ucrânia. As consequências do confronto militar fatalmente recairiam sobre as massas. A política de colaboração de classes das direções sindicais e políticas é responsável pela adaptação das organizações dos trabalhadores à posição dos governos europeus, que se sujeitam à diretriz de guerra dos Estados Unidos e da OTAN. Mas, como se nota, cedo ou tarde, as contradições da guerra no coração da Europa, poriam os oprimidos em movimento.

Não há dúvida de que oito meses de bloqueio econômico-financeiro à Rússia e de destruição da estrutura econômica da Ucrânia são mais do que suficientes para agravar os desequilíbrios internos à União Europeia e ao Reino Unido. As crescentes mobilizações operárias e populares sinalizam o caminho da luta de classes por onde se poderá erguer um movimento pelo fim da guerra e por uma paz sem os ditames dos Estados Unidos, das potências europeias e da OTAN, por uma paz sem anexação. Caso contrário, a escalada militar na Europa e no mundo continuará sua marcha ascendente.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional se posicionou contra o cerco do imperialismo, por meio de seu braço armado, a OTAN, à Rússia, e contra a invasão militar da Ucrânia pelas forças russas como meio de combater a ofensiva das potências. Uma vez instalado o conflito, se colocou pela bandeira de fim da guerra. Estabeleceu, como instrumento de combate à guerra de dominação, as bandeiras: desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos na Europa e no mundo; revogação imediata das sanções econômico-financeiras à Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia.

Essa base estratégica do enfrentamento à guerra de dominação depende do proletariado, unido e coeso, se pôr em pé na posição de condenação e enfrentamento à guerra. A tarefa da vanguarda com consciência de classe consiste precisamente em trabalhar para que as tendências de luta que despontam na Europa se dirijam contra a guerra de dominação, e por uma paz sem as imposições do imperialismo, sem desmembramento da Ucrânia e sem anexação.

O SIGNIFICADO DO MOVIMENTO GOLPISTA

Estava claro que não havia como o bloqueio dos caminhoneiros e as manifestações em frente aos quartéis concluírem com um golpe de Estado. A tentativa dos bolsonaristas mais radicais de anular as eleições nasceu morta. A fração burguesa que esteve por trás da candidatura de Bolsonaro não iria se aventurar a ações, que envolvessem um levante nos quartéis. Em particular, no que respeita à parcela do agronegócio, a consecução de uma aventura golpista seria prejudicial, sabendo que terá de conviver com o novo governo indesejado.

A raiva dos caminhoneiros e dos manifestantes foi expressão mais clara do descontentamento das camadas de classe média, que serviram de amparo social à campanha eleitoral do candidato da ultradireita. Por outro, a vitória de Lula esteve nos cálculos de uma fração burguesa, que já não via condições de continuar sustentando o governo de Bolsonaro. Há que considerar também a posição decisiva do governo norte-americano e francês, de que o resultado eleitoral fosse acatado pelas hostes de Bolsonaro, que incluíam importantes representantes das Forças Armadas e do aparato policial.

Os bloqueios foram classificados de “baderna” pela grande imprensa. Esse instrumento da burguesia joga um papel de primeira importância, tanto para promover um golpe de Estado, quanto para o dissuadir. Eis por que Lula, o PT e a frente ampla burguesa que se formou no segundo turno ficaram praticamente de braços cruzados, à espera de que a solução viesse do próprio Bolsonaro. Sob intensa pressão dos vencedores e de seus apoiadores, mesmo que circunstanciais e cheio de senões, o derrotado se viu obrigado a pedir o fim da conflagração.

A polícia não teve trabalho em maquiagem uma repressão, com a tropa de choque soltando algumas bombas de efeito moral. Um contingente da Polícia Rodoviária Federal (PRF) chegou a ajudar os caminhoneiros, mas não pôde ir além da passividade. No segundo turno, houve um precedente. O PT e aliados tiveram de denunciar o comandante geral da PRF, por fazer bloqueios de estradas, principalmente no Nordeste, sob a justificativa de inspeção e segurança nas rodovias, com um claro objetivo de aumentar a taxa de abstenção, que seria favorável a Bolsonaro.

Nota-se que boa parte das Forças Armadas e das polícias esteve perfilada em torno à candidatura de Bolsonaro. O braço armado do Estado burguês é que, em última instância, decide e executa um golpe. O que se passou em 1964 e os anos de ditadura militar que se seguiram são provas da mecânica de um golpe.

O fato de o golpe ter sido inviável, no entanto, não pode ser motivo para desconhecer que despontou um movimento reacionário concreto, cujo objetivo era o de exortar as Forças Armadas e as polícias a protagonizarem um golpe contra o resultado eleitoral. O fundamental do ocorrido não reside no fracasso do golpe, que era previsível, mas sim na disposição de um setor pequeno-burguês e burguês de inviabilizar a posse de Lula. Essa força social agiu baseada na profunda polarização que dividiu as massas quase ao meio.

A pequena margem de votos que deu a vitória ao candidato petista e o enorme desempenho eleitoral de Bolsonaro no

Centro-Sul, Sul e Sudeste estiveram na base da contestação do resultado de 30 de outubro. É preciso ainda agregar a força eleitoral da direita e ultradireita, que se expressou na eleição de grande número de parlamentares e de governadores. Não por acaso, Lula e seus aliados tiveram de recorrer à frente ampla, incluindo os grandes partidos de centro-direita, que fracassaram na tentativa de viabilizar a denominada “terceira via”.

De maneira que o governo de Lula nasceu dependendo, de um lado, dos principais adversários, que encabeçaram o golpe institucional contra Dilma Rousseff, em 2016; e acossado, de outro, pela direita e ultradireita alinhada ao bolsonarismo. É um indicador de que a maior probabilidade seja de que Lula fará um governo calcado em terreno insólito, senão em areia movediça.

Os aliados de centro-esquerda vão tirar o maior proveito das pressões da oposição encarnada por Bolsonaro e seus acólitos fascizantes. O problema, portanto, está em observar como as tendências golpistas, que, por hora, foram dissuadidas de caminhar para uma aventura, vão se manter e se desenvolver.

O governo Lula e a frente ampla, sem dúvida, vão se utilizar das ameaças da direita e, principalmente, da ultradireita, para elevar ainda mais o grau de estatização das organizações sindicais e populares. A política de colaboração de classes tem tudo para assumir essa forma. A política proletária, obrigatoriamente, terá de combater entre dois fogos, que polarizaram a disputa pelo poder e arrastaram os explorados.

A imediata resposta do POR ao bloqueio dos caminhoneiros e às manifestações pela intervenção das Forças Armadas indicaram o curso da luta pela independência de classe dos explorados. De um lado, combater toda e qualquer ação da direita fascizante, voltada a derrubar o governo petista; de outro, não prestar nenhuma forma de apoio à governabilidade burguesa que caberá a Lula.

Os petistas e parte das esquerdas saíram corretamente contra o movimento golpista, mas apoiando o governo eleito. Isso em nome da democracia e do Estado de Direito. Essas forças se alinham em torno à estratégia da defesa da governabilidade capitalista. O problema está em que arrastam as centrais, os sindicatos e os movimentos corporativos por trás de objetivos históricos opostos ao do proletariado.

As respostas da vanguarda com consciência de classe, ao contrário, estão determinadas pela estratégia da revolução proletária, que implica a luta pela tomada do poder do Estado e constituição de um governo operário e camponês. Esse é o conteúdo de classe e o ponto central que emergiram no processo de polarização eleitoral, e que desembocaram no movimento golpista dos caminhoneiros, que esteve acompanhado de manifestações nas portas dos quartéis.

Como se vê, passadas as eleições, a crise política não apenas permanece, como tende a se agravar. A defesa do programa próprio dos explorados, desfraldado na campanha do Partido Operário Revolucionário, a aplicação dos métodos da luta de classes e o enfrentamento à política de colaboração de classes vão tomar novas dimensões sob o governo Lula e diante da oposição fascizante dos bolsonaristas.

Primeiros passos do governo Lula

O vice-presidente, Geraldo Alckmin, tomou a frente da transição. Suas relações com a classe capitalista se consolidaram, quando governou o Estado de São Paulo, pelo PSDB. Bolsonaro, que evita reconhecer formalmente a vitória de seu adversário petista, fez uma deferência, recebendo Alckmin. Esse é o primeiro passo do governo Lula.

Não há nada de surpreendente. O ex-pessedebista compôs a chapa da frente montada pelo PT para servir de “ponte” com setores do empresariado, em especial com os da agropecuária e do agronegócio. Nada mais lógico que fosse destacado para chefiar a transição do velho para o novo governo. O mais significativo desse início de governabilidade se encontra no fato de a passagem de um a outro ocorrer em um clima de hostilidade e de prenúncio de que Lula estará em grande medida nas mãos de aliados do segundo turno, que compuseram a frustrada “terceira via”, e que estabelecerão os marcos de funcionamento do novo governo.

A supremacia dos parlamentares de centro-direita e de ultradireita no Congresso Nacional e a força dos governadores opositoristas, que se constituiu nos mais importantes estados da Federação, dão a dimensão de como e de quanto a volta de Lula à cadeira presidencial está e estará condicionada aos aliados derrotados, que se valerão da enorme pressão da oposição de direita e ultradireita, que comandam o “Centrão”. Distintamente de 2003, quando Lula assumiu, pela primeira vez, a governabilidade do País, as condições econômicas são extremamente desfavoráveis, tanto internas quanto externas.

Os primeiros atos da transição mostram que Bolsonaro deixará um rombo nas contas públicas. O controle fiscal e a contenção da explosividade da dívida pública se devem muito a artificialismos orçamentários e à enorme economia que a reforma da Previdência conferiu ao Tesouro Nacional. Lula, porém, não pode mostrar às massas que o elegeram a jogatina promovida por Bolsonaro/Guedes.

O caso do “orçamento secreto”, por si só, revela uma das faces da jogatina. Ocorre que a transição e o início da nova governabilidade dependem precisamente dos bandidos que controlam o Congresso Nacional, e que se serviram da fraqueza de Bolsonaro para extorquir recursos nacionais. O presidente da Câmara, Arthur Lira, do PP, que foi a peça-chave de Bolsonaro no Legislativo, continua com a faca e o queijo nas mãos. Os parlamentares da nova base governista não têm outra via, a não ser se colocar no terreno das negociatas estabelecido por Lira e o “Centrão”.

Lula, de qualquer forma, herdará um orçamento arrebentado. E não poderá recorrer às massas oprimidas, para demolir os diques que represam e represarão as ações assistencialistas, que caracterizaram os governos petistas, e que deveriam continuar caracterizando. Represarão recursos para saúde, educação e obras públicas.

Eis por que as negociatas em torno à denominada “PEC da Transição” revelam a ponta do iceberg da crise política, que tende a se manter e a se agravar. Crise política que se vem desenvolvendo há muito, que teve seu ponto alto nas manifestações de 2013, no impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e, mais recentemente, nos abalos sofridos por Bolsonaro durante a Pandemia, cujos reflexos se manifestaram na polarização eleitoral.

Tudo indica que as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), de que recrudescem as tendências recessivas mundiais, podem confirmar-se. A economia brasileira, no próximo ano, não

poderá ter um bom desempenho necessário para a afirmação do novo governo de frente ampla, que pretende superar as profundas divisões interburguesas, pacificar a classe média assombrada pelo avanço da desintegração econômico-social do País, e manter a classe operária na maior passividade possível.

Mesmo que Lula consiga cumprir a promessa de manutenção do rebatizado “Bolsa Família” e de um raquítico aumento do salário-mínimo, logo os pobres, miseráveis e famintos verão que nada mudará para melhor, em suas vidas de trabalhadores superexplorados, desempregados e subempregados. Lula sossegou os capitalistas da indústria, dos serviços e do comércio, desfazendo o desejo de parte dos petistas em rever a reforma trabalhista. Ao contrário, se vem afirmando o curso das contrarreformas ditadas pelo grande capital e pelos financistas. A burocracia sindical está esperançosa com o aceno de Lula, durante a campanha, de que fará uma revisão da Lei Trabalhista, sem ter de optar pela revogação. Mas, tudo depende da decisão do Congresso Nacional, que, desde já, está controlado por opositoristas abertos ou ocultos.

Os desequilíbrios econômicos e financeiros expressam as tendências predominantes do protecionismo e da guerra comercial em escala mundial. Há claras evidências internacionais de que a Pandemia e a guerra da Ucrânia ampliaram e aprofundaram o curso da crise iniciada de 2008. O Brasil somente não caiu mais fundo no fosso da retração econômica, devido a ser um grande exportador de commodities. O que conferiu potencialidade política a setores ruralistas, que se inclinaram para uma espécie de nacionalismo ultradireitista.

Essa vantagem, no entanto, não é suficiente para proteger as forças produtivas nacionais do processo de desintegração da economia mundial. Significa que, perdurando essa situação adversa, o desemprego e o subemprego continuarão a sacrificar os explorados; os salários não ganharão valor real, tendendo ao rebaixamento; a pobreza, miséria e fome continuarão a atingir milhões de brasileiros. Os primeiros passos do governo Lula se dão diante dessa realidade. Estão, já de início, em choque com as necessidades mais elementares da maioria oprimida.

Certamente, o novo governo conta com a colaboração das centrais, dos sindicatos e dos movimentos populares, para evitar que aflore o descontentamento, que levou a maioria dos explorados a rechaçar Bolsonaro e a eleger Lula. A profunda crise de direção joga a favor da política de colaboração de classes, que serve à manutenção do Estado burguês e do poder dos capitalistas sobre a economia. Esse será o lugar ocupado por Lula e pelos traidores, que monopolizam a direção das organizações operárias e populares.

Mas, a crise de direção e a política de colaboração com os interesses dos exploradores não eliminam, nem impedem que as necessidades prementes das massas as levem à revolta, à luta de classes. É nas entranhas dessas necessidades e do descontentamento dos trabalhadores que a vanguarda com consciência de classe encontra as possibilidades de se contrapor ao novo governo burguês, e de reagir à ofensiva reacionária da ultradireita fascitizante. Com o programa, os métodos, a organização e a política independente próprios do proletariado, o destacamento mais abnegado e fiel às causas mais imediatas e históricas dos pobres da cidade e do campo lutará contra todas as medidas antinacionais, antioperárias e antipopulares do novo governo burguês.

O significado do ataque de PCO ao voto nulo

O Partido da Causa Operária (PCO) foi o mais aguerrido e exemplar cabo eleitoral de Lula, do PT e de sua frente política. Acredita na possibilidade de Lula vir a constituir um “governo dos trabalhadores”. Essa é uma velha aspiração de sua direção, que, de tão arraigada, não se esgotou, apesar das experiências antiopeirárias com dois mandatos do caudilho petista.

Pelo visto, PCO segue o ditado: *“a esperança é a última que morre”*. Mas, essa pétrea esperança tem um custo para o próprio PCO. Ou seja, o custo de mergulhar mais fundo no pântano do oportunismo pequeno-burguês.

A história do nascimento e ascensão política de Lula, amparado na criação do PT, no final dos anos de 1970, foi a de fazer carreira em meio à política burguesa. No entanto, PCO diz que *“Lula é uma figura que, construída pela história da luta dos oprimidos, depende da classe operária para agir e, além disso, governar”*. Essa é uma pintura feita à moda do oportunismo mais rasteiro.

Lula iniciou sua vida política como aspirante a burocrata sindical. Daí em diante, consolidou-se como um caudilho, capaz de ludibriar os explorados com os dotes do reformismo e do assistencialismo. Contou para a sua ascensão, nas entranhas do Estado burguês, com o PT e a vasta burocracia sindical, que foi se afirmando com o tempo, como poderoso instrumento da política de conciliação de classes.

Apesar de serem plenamente visíveis a integração e sujeição de Lula e do PT aos interesses gerais da burguesia, o PCO nunca abandonou a fatídica bandeira *“Vote em Lula, por um governo dos trabalhadores”*. A sua crença se baseia na ideia de que, se os oprimidos estão com Lula, também PCO deve estar, não importando, portanto, as experiências passadas, de mentiras e traições. E não importando o fato de que Lula se apoiou inteiramente nos interesses da burguesia, para se viabilizar como adversário de Bolsonaro.

Sendo assim, a direção de PCO pode delirar gratuitamente em seu desejo de que *“é o povo quem deve ditar o rumo do novo governo Lula que deve, por sua vez, utilizar a força da mobilização popular para passar por cima das decisões reacionárias do Congresso que, neste momento, está infectado pela burguesia e seus capachos bolsonaristas.”* Nunca, em lugar algum, um governo burguês, por mais reformista que tenha sido, sujeitou a sua política à vontade soberana do povo. Ocorre que o PCO abstrai o caráter de classe do governo eleito, e, assim, pode abstrair os limites de sua política, determinados pelas relações capitalistas de produção, e pelas condições de desintegração da economia.

Não nos assombra a caricatura que PCO faz da CUT, como a *“maior central da América Latina e uma das maiores do mundo”*, que, devido a essa imensa virtude, *“deve ser utilizada para garantir que o governo Lula tenha força para lutar contra o imperialismo e que, além disso, governe conforme a vontade da classe operária”*. Esse encantamento com o aparato cutista obscurece a sua função de centralizar a vasta burocracia sindical, manter a estatização dos sindicatos, e viabilizar a política traidora de conciliação de classes.

A experiência nesse sentido também pode ser observada no período de três mandatos e meio do PT na presidência da República. O elevado grau de burocratização e estatização dos sindicatos tem sido um grande obstáculo à organização independente do proletariado. O que a frente burocrática fará é trabalhar para que os explorados não se ponham em movimento, exigindo o cumprimento das promessas do novo governo, e reagindo contra as medidas antinacionais e antipopulares, que certamente serão adotadas por Lula.

Diante dessa posição de capitulação, é compreensível o ataque à defesa do voto nulo. Eis o que diz PCO: *“O POR fez campanha pelo voto nulo, não soube ler que a classe trabalhadora se aglutinou ao redor de Lula para lutar por seus interesses. Em vez de aumentar a polarização, esse partido fez campanha reacionária com a palavra de ordem ‘não confiar nas eleições, confiar em nossas próprias forças; por um programa de reivindicações próprio dos explorados; em defesa da independência política das organizações sindicais; vote nulo!’*

Essa crítica, sim, é completamente reacionária. Expressa a posição oportunista e de capitulação de PCO, diante da polarização ditada pelas divisões interburguesas em torno ao objetivo de trocar um governo burguês por outro. Uma parcela majoritária dos explorados se *“aglutinou ao redor de Lula”* na esperança de que fará um governo completamente distinto ao de Bolsonaro, e que resolverá seus problemas angustiantes, como o desemprego, o subemprego, a informalidade, o salário-mínimo miserável, o alto custo de vida e, sobretudo, a fome. Essa *“aglutinação”* anti-Bolsonaro corresponde às ilusões democráticas das massas passivas, e não *“para lutar por seus interesses”*, como pressupôs a campanha oportunista de PCO, chamando o voto em Lula.

A bandeira *“não confiar nas eleições, confiar em nossas próprias forças”* corresponde a uma posição de independência de classe em qualquer circunstância, inclusive se o POR tivesse tido condições de ter candidaturas próprias. Nas condições dessas eleições, a bandeira, de não confiar nas eleições, confiar em nossas próprias forças, lutar por um programa de reivindicações próprio, conferiu o conteúdo da campanha pelo voto nulo.

O PCO, uma vez que se comportou como o mais dedicado cabo eleitoral de Lula entre as esquerdas que se perfileram por trás da candidatura do PT, pretende que todos mostrem seu apoio ao novo governo, que supostamente poderá servir aos interesses dos explorados. É, portanto, explicável por que os seguidores do lulismo começam seu ataque à Declaração do POR, condenando o seu chamado a organizar a luta dos explorados desde os primeiros dias da posse do novo presidente. Cita a seguinte passagem: *“É preciso, desde os primeiros dias de Lula na presidência, que a vanguarda com consciência de classe denuncie o conteúdo burguês do novo governo de frente ampla, e trabalhe por organizar os movimentos em defesa do programa próprio de reivindicações.”*

Por coincidência, no dia 8, quando os poristas distribuíam o Boletim Nossa Classe na Mercedes, os burocratas do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo tentaram impedir a sua divulgação, acusando o POR de ter chamado o voto nulo, e denunciado a direção do sindicato por estar negociando o plano de demissão da multinacional alemã. Aí, nesse acontecimento, se reflete o sentido da conclusão do POR de que é preciso organizar a luta desde já contra o novo administrador do capital, que tomará assento na cadeira presidencial em janeiro. Esse episódio não terá a devida transcendência, mas indica por onde passará a luta de classes sob o governo de Lula.

O PCO, nessa mesma linha, critica o fato de o POR ter afirmado: *“Não temos a menor dúvida de que o governo Lula será de ataque à vida da maioria oprimida”*. Evidentemente, essa previsão – e não *“adivinhação”*, como quer qualificar a crítica de PCO – se baseia na experiência passada, nas condições objetivas da crise capitalista, e na composição da frente ampla que amparará o governo Lula. O POR não compartilha em absolutamente nada da esperança do PCO, de que seu candidato eleito poderá fazer um governo a favor dos trabalhadores.

Derrotar os bloqueios e manifestações golpistas de Bolsonaro e seus seguidores

Era esperado que Bolsonaro e seus aliados não aceitassem a derrota eleitoral para Lula. Eis por que os bloqueios dos caminhoneiros e as manifestações em frente aos quartéis, pedindo a intervenção militar, são consequências de uma política autoritária, ultradireitista e fascizante.

um golpe de Estado.

A extrema polarização política, por si só, não permite que Bolsonaro e seus generais possam pisar em um solo firme, para anular a sua derrota eleitoral e eliminar a vitória do seu adversário. Nessas condições, Bolsonaro agradeceu aos manifestantes, mas os desaconselhou a

principalmente, do agravamento da luta de classes no próximo período. Uma grande mobilização organizada pelas centrais, sindicatos e movimentos se colocou no momento em que se ergueram os bloqueios e as manifestações pró-golpe. Esse é o caminho proletário para enfrentar o bolsonarismo e toda a política burguesa com o programa, os meios e os métodos da luta de classes. Foi e tem sido um mal sinal o fato das direções sindicais e populares se negarem a pôr em pé imediatamente um movimento nacional de resistência ao golpismo, e recorrer ao pedido de intervenção das forças repressivas do Estado. Forças essas que servem tão somente para atacar e esmagar as lutas operárias, camponesas e populares.

O Partido Operário Revolucionário (POR) – que defendeu as bandeiras de “Não confiar nas eleições, confiar em nossas próprias forças” e “Voto Nulo” – levanta agora as bandeiras de “Abaixo o golpe de Estado!”, “Derrotar os bloqueios e manifestações golpistas”. “Que as centrais, sindicatos e movimentos organizem imediatamente uma resistência permanente às tendências ditatoriais e fascizantes do bolsonarismo”.

A principal forma de lutar contra a reação bolsonarista no próximo período é a de organizar o movimento operário, camponês e popular em defesa de um programa próprio de reivindicações, e garantir a total e completa independência das organizações operárias diante do governo Lula, que cumprirá a função de um novo governo burguês. A luta contra os bolsonaristas não pode e não deve ser canalizada para a sustentar o governo Lula. É com a independência de classe, com o programa de reivindicações, e com os métodos próprios dos explorados que a classe operária e demais oprimidos se emanciparão de todas as variantes da política burguesa. Lutar contra o golpismo bolsonarista é lutar contra toda e qualquer forma de política burguesa.

Derrotemos os golpistas com a política proletária!

Não será com intervenção do Estado burguês e com os métodos policiais que se quebrará a espinha dorsal do movimento golpista e fascizante, que se fortaleceu sob o governo de Bolsonaro. Ao contrário, será com os métodos da luta de classes que o proletariado e demais trabalhadores quebrarão a espinha dorsal das forças golpistas.

A bandeira de golpe militar e estabelecimento de uma ditadura, sob o comando de Bolsonaro, vem sendo desenvolvida bem antes da campanha eleitoral. Bolsonaro e seus generais somente não puseram em prática um plano escabroso de anular o processo eleitoral, porque as condições econômicas e políticas não permitiram. E, agora, diante da derrota no segundo turno, Bolsonaro e seus generais não se lançaram pela anulação das eleições, porque resultaria em um golpe de Estado, que teria tudo para fracassar. Sem uma unidade mais ou menos ampla da burguesia e o apoio do imperialismo, um golpe seria uma aventura temerária. Não basta que importantes camadas da classe média acreditem e queiram um golpe para supostamente protegê-las da crise econômica, para que Bolsonaro e seus generais se lancem a uma empreitada dessa natureza. Eis por que setores do próprio bolsonarismo reconheceram a vitória de Lula, e aconselharam Bolsonaro a fazer o mesmo.

O fato de o derrotado guardar silêncio de quase dois dias para se pronunciar, dando a entender que não havia mais o que fazer, a não ser admitir a volta de Lula à presidência da República, serviu para que os bolsonaristas, vinculados aos caminhoneiros, promovessem os bloqueios e manifestações em quase todo o país. A bandeira dos caminhoneiros e das manifestações, de anulação das eleições, no entanto, não poderia ser imposta, uma vez que corresponderia a

manterem por mais tempo os bloqueios. Finalmente, o próprio Estado teve de utilizar os meios policiais, para demover os caminhoneiros de sustentarem o fechamento de rodovias. Isso quando começava a ocorrer a resistência popular contra os golpistas, ainda que pontuais. Mesmo assim, os bloqueios não foram completamente desmontados. Contam com forças econômicas e políticas, que lhes possibilitaram parar as rodovias e prolongar os protestos.

As direções das centrais e sindicatos não fizeram senão pedir a intervenção do Estado e o respeito à democracia. Essa passividade e a dependência diante das forças repressivas do Estado favorecem a reação bolsonarista. Somente a classe operária, organizada e independente, pode enfrentar as tendências ultradireitistas e fascizantes que se abrigam no seio da burguesia, e que arrastam parcelas imensas da pequena burguesia (classe média). Não será com intervenção do Estado burguês e com os métodos policiais que se quebrará a espinha dorsal do movimento golpista e fascizante, que se fortaleceu sob o governo de Bolsonaro. Ao contrário, será com os métodos da luta de classes que o proletariado e demais trabalhadores quebrarão a espinha dorsal das forças golpistas.

A vitória de Lula não resulta em derrocada da ultradireita, que continuará se apresentando como um recurso da burguesia, a depender do desenvolvimento da crise econômica e política, e,

A vitória da direita bolsonarista em São Paulo

Tarcísio de Freitas, do Partido Republicanos, derrotou o petista Fernando Haddad, no segundo turno das eleições em São Paulo. O resultado geral no estado foi que Tarcísio obteve 55,27%, e Haddad, 44,73% dos votos. A abstenção ficou em 21,1%.

A vitória de Tarcísio se deveu aos municípios do interior. Basta ver que, nos 16 municípios que são sedes de regionais administrativas, Tarcísio venceu em 15. No total, foram 1,9 milhão de votos, enquanto Haddad recebeu 1,1 milhão de votos. O porta-voz de Bolsonaro obteve 69,81% dos votos válidos em Araçatuba; 69,58%, em Marília; 68,63%, em Presidente Prudente; e em Rio Preto, 68,34%. No interior e litoral, o candidato do Republicanos conseguiu 62,6%, e o petista, 37,4%. Enquanto, na região metropolitana, Haddad teve 52,8% e Tarcísio, 47,2%, portanto uma margem de diferença pequena, que não pôde fazer frente à grande votação de Tarcísio no interior e litoral. Cabe ainda ressaltar que, na grande maioria dos bairros paulistas, Haddad saiu vencedor.

O que se verificou nessas eleições foi que o PSDB, depois de 28 anos no governo do estado, foi o maior derrotado. O candidato de João Doria, Rodrigo Garcia, que se juntou ao PSDB nas portas do pleito eleitoral, foi rejeitado pela população. O jogo de Doria em favor de seu apadrinhado político provocou uma crise no PSDB, levando à saída do partido de Geraldo Alckmin, que pretendia disputar as eleições no estado. Isso resultou na sua aproximação com Lula, e em sua participação como vice-presidente na chapa do PT. A rejeição de seu nome dentro do PT teve fôlego curto, valendo a decisão de Lula.

Assim, logo após o 1º turno, Rodrigo Garcia declarou seu apoio a Bolsonaro e a Tarcísio Freitas, e passou a usar a máquina do estado para atrair os prefeitos, fazendo coro à campanha ultradireitista contra o PT. O que permitiu a Tarcísio alterar a votação em 28 municípios, nos quais havia perdido para Haddad no primeiro turno, sendo 7 deles na região metropolitana. Ao contrário, o peso do apoio dos dirigentes históricos do PSDB, como Fernando Henrique Cardoso, ao PT, não foi suficiente para remover a onda reacionária, que tomou conta das cidades interioranas paulistas. Chamou a atenção também

a rejeição ao Haddad e a simpatia pelo candidato bolsonarista totalmente desconhecido por parte da população. Contraditoriamente, o voto em Lula e Tarcísio se manifestou em vários municípios.

A população pobre dos bairros das grandes cidades foi atraída a votar no petista, e a classe média (boa parte de comerciantes e pequenos produtores) se alinhou com a ultradireita bolsonarista. O antipetismo que está impregnado no interior paulista fez com que o desconhecido e ex-ministro de Bolsonaro vencesse no estado mais rico da federação.

O importante dessa campanha eleitoral no estado está em que houve a polarização entre Lula e Bolsonaro. A população pobre dos bairros das grandes cidades foi atraída a votar no petista, e a classe média (boa parte de comerciantes e pequenos produtores) se alinhou com a ultradireita bolsonarista. O antipetismo que está impregnado no interior paulista fez com que o desconhecido e ex-ministro de Bolsonaro vencesse no estado mais rico da federação.

É necessário não isolar a eleição de governadores da eleição presidencial. A maioria dos governadores eleitos ou reeleitos está vinculada aos partidos de centro-direita ou de ultradireita. A eleição de Tarcísio, que não tem tradição da política burguesa do estado de São Paulo, correspondeu à influência nacional do bolsonarismo. As massas seguiram, em certa medida, a polarização entre Lula e Bolsonaro. O novo governo, portanto, terá de se adaptar às pressões da “nova” composição nos estados que resultou da disputa nacional. O problema está em que os sindicatos e movimentos têm fortes raízes estaduais e municipais. Nesse âmbito, a vanguarda terá de travar um combate respondendo as questões regionais como parte da luta nacional dos explorados contra a situação de opressão de classe que se vem agravando.

Paraíba / Eleições para governador da Paraíba

Vence PSB, após apoio de Lula migrar de Vital Rêgo (MDB) ao João Azevêdo (PSB)

Na Paraíba, o segundo turno ocorreu entre João Azevêdo (PSB) e Pedro Cunha Lima (PSDB). Após disputa acirrada, ganhou o PSB, com o apoio de Lula/PT. No 1º turno, o resultado foi de 39,65% para João Azevêdo (PSB) e de 23,90% para Pedro Cunha Lima (PSDB). O candidato Nilvan Ferreira (PL), apoiado por Bolsonaro, obteve

18,68% dos votos, e Veneziano Vital do Rêgo (MDB), apoiado por Lula, obteve 17,16%.

No estado da Paraíba, Lula, no primeiro turno, pediu votos para o candidato do MDB, integrante de uma das famílias oligárquicas da região. Em vídeo de campanha, o petista dizia: “quem vota em Lula, vota em Vené”, e dava

garantias de que Vené aplicaria seus programas sociais na Paraíba. Apesar de Lula ter conquistado 64,21% na Paraíba, o chamado do caudilho não foi suficiente para levar seu candidato ao segundo turno.

João Azevêdo foi reeleito. Em sua primeira candidatura (2018), se elegeu com amplo apoio do então governador

Ricardo Coutinho, que se elegeu pelo PSB, embora tenha integrado o PT, de 1982 a 2003, e retornado em 2021. Todavia, após os escândalos da Operação Calvário, que tinha Coutinho no centro das acusações, com escândalos envolvendo a pasta estadual da Saúde, João se afastou do antigo aliado. Já Cunha Lima representa uma das mais importantes oligarquias paraibanas, sobretudo na região de Campina Grande, onde goza de

imensa base.

A disputa pelo voto das massas no segundo turno também contou com a disputa pelo apoio das oligarquias locais. A distância percentual entre os candidatos diminuiu significativamente em relação ao primeiro turno: João, com 52,33%, e Cunha Lima, com 47,67% (votos válidos). Lula mudou seu apoio para João, tão logo Vené não seguiu no pleito, repetindo inclusive o vídeo com um teor

muito parecido. Na Paraíba, tal apoio não surtiu efeitos tão claros, já que o candidato do PSDB cresceu, e uma margem significativa de eleitores, que votaram em Lula, não votaram em João, algo em torno de 14%. O governo de João será de continuidade da gestão, ligada às oligarquias locais, ao Centrão e a uma política que se diz desenvolvimentista, mas que não passa de palavreado em um dos estados mais pobres do país.

Ceará

Conflitos ainda não resolvidos para governo petista

Mesmo após um mês e meio da vitória de Elmano Freitas ao governo do estado, os conflitos e rugas com PDT da oligarquia Ferreira Gomes continuam. O PDT decidiu não integrar a comissão de transição junto à gestão de Isolda Cela, indicada pela coligação vencedora. O partido, no Ceará, receberá, nos próximos dias, a visita de Carlos Lupi, presidente nacional da sigla, para decidir seu futuro.

Os trabalhadores e juventude pobre devem rejeitar as disputas interburguesas entre PT e PDT, e lutar por sua independência de classe. O governo Elmano/PT será mais um governo burguês a proteger os capitalistas, e descarregar a crise sobre os explorados.

A ala próxima a Ciro e Roberto Cláudio defende que o partido se defina como oposição ao futuro governo

do PT. Outra ala, influenciada por Cid e Ivo Gomes, minimiza as tensões, e assegura que o PDT deverá compor a base do próximo governo. A posição do PT e, antes de mais nada, a do próprio Elmano, é claramente pela participação no governo. O presidente estadual do PDT, André Figueiredo, falou aos jornais sobre o impasse no partido: *“Não podemos ter um alinhamento automático, mas também, até por conta do campo político, não vamos ser uma oposição inconsequente”* (Diário do Nordeste, 10/11/2022)

Contudo, novas tensões têm vindo à tona como o choque atual pela presidência da Câmara Municipal de Fortaleza. Com a eleição de Antônio Henrique (PDT) para a Assembleia Legislativa, a presidência da casa fica vaga a partir de 1º de janeiro. A base do prefeito José Sarto pretende manter o posto sob seu controle, e lançou o nome do vereador Gardel Rolim (PDT) para as eleições que ocorrerão em três semanas. Ocorre que, fortalecido pelas últimas eleições, o PT municipal (rompido com o PDT em For-

taleza desde 2012) viu a oportunidade de ampliar sua força na Câmara, e, através do empenho pessoal de Camilo Santana (PT), articula o nome de Léo Couto (PSB), o que tem provocado acusações mútuas, e elevado a temperatura da disputa. Léo Couto, mesmo sendo base de Sarto, não seguiu orientação dos Ferreira Gomes, e apoiou Elmano nas eleições de outubro.

Os trabalhadores e juventude pobre devem rejeitar as disputas interburguesas entre PT e PDT, e lutar por sua independência de classe. O governo Elmano/PT será mais um governo burguês a proteger os capitalistas, e descarregar a crise sobre os explorados. O Partido Operário Revolucionário (POR), que interveio nas eleições com a bandeira *“confiar em nossas próprias forças”* e *“com ou sem eleição, lutar por nossas reivindicações”*, batalha para que os explorados se lancem às ruas por seu programa próprio. Essa linha corresponde à estratégia da luta por um governo operário-camponês, que se constituirá por meio da revolução proletária.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

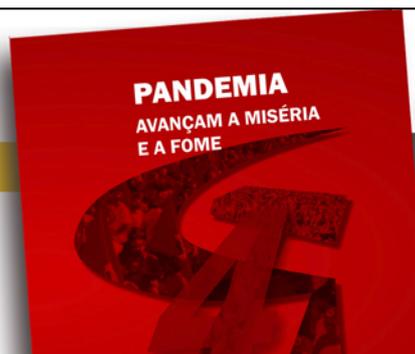
nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Boletim Nossa Classe – novembro

Política Operária

A classe operária e demais trabalhadores devem confiar em suas próprias forças

As eleições concluíram com a vitória de Lula. Os bolsonaristas tentaram organizar um golpe, mas não tiveram força. O Boletim Nossa Classe se colocou nas eleições, chamando os trabalhadores a confiarem em suas próprias forças, não confiarem nas eleições, a defenderem um programa próprio de reivindicações, e a votarem nulo. Diante dos bloqueios bolsonaristas, o Boletim Nossa Classe se colocou contra os golpistas, e defendeu que as centrais, sindicatos e movimentos mobilizassem os trabalhadores no sentido de derrotar a tentativa da ultradireita bolsonarista de anular as eleições.

Agora, os explorados têm pela frente o dever de defender a independência de seus sindicatos diante do novo

governo. Continua válida a bandeira de confiar em nossas próprias forças e lutar pelo nosso programa próprio de reivindicações.

O Boletim Nossa Classe entende que Lula não atenderá nossas reivindicações e não terá como acabar com o desemprego, a fome e a miséria, que são próprios do capitalismo. Está claro que não revogará a reforma trabalhista, a reforma da previdência e a lei da Terceirização. E também não elevará o valor do salário mínimo de acordo com as reais necessidades da família trabalhadora. As necessidades da classe operária e dos demais explorados somente podem ser resolvidas por meio da luta contra a exploração do trabalho.

Sem luta, GM transfere parte da produção para a Colômbia É preciso que o sindicato organize a luta pelos empregos

No final de outubro, a General Motors de São Caetano do Sul colocou ponto final na produção do modelo Joy, que será fabricado na Colômbia. A montadora prometeu que os operários desse setor serão aproveitados na fabricação de um novo modelo de picape. A burocracia do Sindicato Metalúrgico de Santo André, vinculada à Força Sindical, aceitou a justificativa da GM e, assim, não moveu uma palha para organizar a luta contra o fim desse setor. O certo é que não está garantida a manutenção do emprego a todos. Basta ver que 23 companheiros já foram demitidos.

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos não aceitem o fechamento de fábricas e de nenhum setor da produção. Isso por que provoca demissões e redução de postos de trabalho. A luta contra qualquer medida patronal que atinja os empregos, os salários e os direitos deve começar imediatamente pela convocação da assembleia e constituição de um comitê de luta. Que o sindicato, portanto, convoque rapidamente a assembleia para reverter as demissões e impedir as que poderão ocorrer.

Mercedes mantém o plano das 3.600 demissões Como andam as negociações?

Nossa resposta deve ser: nenhuma demissão e estabilidade no emprego

O plano de reestruturação da montadora em São Bernardo do Campo implica a demissão de 35% de metalúrgicos do setor operacional e a substituição por terceirizados. Como sempre, a empresa justifica o alto custo e que a reestruturação visa à fabricação de chassis de caminhão e ônibus, e que terceirizará a produção de componentes dianteiros, serviços de logísticas, manutenção e ferramentaria. O resultado para manter os fabulosos lucros da multinacional é a demissão de 2.200 da área operacional, e a não renovação dos contratos de 1.400 trabalhadores, em dezembro.

Diante da primeira proposta de indenização para os demitidos, a direção do Sindicato realizou uma paralisação do setor de logística. Depois, nada mais ocorreu. Dezembro está aí. A tercei-

rização continua sendo a única proposta da multinacional. Para os trabalhadores, a terceirização implica demissões. É preciso uma urgente resposta de luta pela defesa dos empregos.

O Boletim Nossa Classe vem mostrando a necessidade de organizar uma luta unitária de toda a fábrica para impedir as demissões e garantir a estabilidade no emprego. Mais ainda, é preciso que o sindicato faça uma campanha geral entre todos os metalúrgicos e demais operários da região, em defesa da redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários. Com a redução da jornada, defendemos nossos empregos e abertura de mais postos de trabalho. Pela convocação da assembleia geral metalúrgica, para defender os trabalhadores da Mercedes, da GM, da Volks e das demais fábricas que estão demitindo ou planejando demissões.

Um alerta aos operários da Volks!

A notícia de que estão faltando componentes para a produção, e a suspensão do trabalho no início de novembro, acende uma luz vermelha. A multinacional pode usar a falta de componentes como justificativa para novas demissões. Devemos exigir de

nosso sindicato que alerte os trabalhadores para esse perigo. As demissões previstas para ocorrerem na Mercedes são um ataque a todos os metalúrgicos e a toda a classe operária.

O Boletim Nossa Classe vem defendendo que o sindicato convoque

a assembleia geral para discutir democraticamente a luta contra as demissões. Um passo nesse sentido é constituir um comitê de empregados e desempregados para unir o conjunto dos trabalhadores em defesa dos postos de trabalho.

Metalúrgicos São Paulo

É preciso que nossa campanha salarial unifique os metalúrgicos para arrancar do patronato as reivindicações

A data-base de novembro chegou. Mas nossa campanha salarial se tem resumido a negociações em torno ao PLR. O que os metalúrgicos precisam é: 1) aumento real de salário; 2) manutenção e estabilidade no emprego; 3) fim da terceirização e efetivação de todos os terceirizados; 4) garantia dos direitos trabalhistas, com a revogação da reforma trabalhista; 5) direito de livre organização nas fábricas. Com essas reivindicações, sem dúvida, os metalúrgicos vão mobilizar-se, vão comparecer

às assembleias gerais, e vão organizar-se, para arrancar do patronato nossas exigências.

O Boletim Nossa Classe defende a convocação de uma assembleia geral para avaliar o que foi feito até agora na campanha, e avançar na luta em defesa dessas reivindicações. O custo de vida continua alto, e os salários muito baixos. É hora de lutar pelo aumento real dos salários e pelos empregos.

Pela liberdade sindical! Não ao ataque ao Boletim Nossa Classe!

Na última distribuição do Boletim Nossa Classe, na Mercedes, membros do sindicato ameaçaram usar a violência contra os militantes do Partido Operário Revolucionário (POR) que distribuíam o Boletim. Fazia tempo que essas ameaças físicas não ocorriam. Os trabalhadores têm todo o direito de conhecer e se

posicionar diante do Boletim Nossa Classe. A crítica e as propostas de luta devem ser livremente discutidas no movimento operário e sindical.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a defenderem a liberdade sindical e política.

É necessário organizar a oposição sindical

Sem oposição sindical, não existe liberdade sindical e política. As divergências de posição devem ser decididas pelos próprios trabalhadores. O direito irrestrito de formar oposições, distribuir boletins e se organizar nas fábricas é próprio do sindicalismo classista, combativo, e independente diante do patronato.

O Boletim Nossa Classe é um instrumento de formação e organização das oposições sindicais. Trabalhadores, participem e defendam a organização independente e de luta!

Pelo fim da guerra na Ucrânia!

Já são oito meses de guerra. Os Estados Unidos e as demais potências imperialistas têm interesse em prolongar a guerra. Quem sofre diretamente com a guerra são os trabalhadores ucranianos. Mas, as consequências da guerra recaem sobre os explorados do mundo inteiro. Eis por que é preciso que os sindicatos e demais organizações dos trabalhadores lutem pelo fim da guerra.

O Boletim Nossa Classe vem fazendo a campanha pelo fim da guerra; desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos; fim das sanções econômicas à Rússia; autodeterminação, integralidade e retirada das tropas russas da Ucrânia. Somente a classe operária, lutando por essas bandeiras, poderá impor uma paz sem os ditames dos Estados Unidos, da União Europeia e da OTAN, por uma paz sem anexações.

Burocracia dos metalúrgicos do ABC tenta, mais uma vez, impedir a entrega do Boletim Nossa Classe na Mercedes-Benz

Dia sete de novembro, fomos fazer a entrega do boletim Nossa Classe na Mercedes. Na entrega anterior, os diretores pelegos do sindicato, agindo como defensores da patronal, vieram em patota e, como estavam em maior número, conseguiram impedir que entregássemos todos os boletins. Desta vez, fomos com um maior número de companheiros e realizamos a entrega total dos boletins.

Em um dos portões, quando dois de nossos companheiros já estavam terminando a entrega, veio um dos diretores dizer que não poderíamos fazer a entrega. O companheiro continuou distribuindo o material. Logo em seguida, chegou outro. Então, um deles começou a ameaçar um de nossos companheiros. A companheira que o acompanhava nos chamou e fomos defender o camarada e garantir a entrega. Os argumentos usados por esses diretores demonstram que estão decompostos, que se venderam totalmente à patronal.

Diziam coisas do tipo “você não podem vir aqui, essa é nossa base”, como se fossem donos da fábrica. Diziam: “somos nós que representamos os trabalhadores aqui”. Esses burocratas desconhecem completamente a democracia operária, que significa o direito

de todos os trabalhadores e correntes políticas de se posicionarem, fazerem críticas à política da direção, distribuírem seus boletins, direito de falarem nas assembleias, etc.

Depois da entrega, um companheiro da Mercedes, que recebeu o boletim na entrada, nos informou que os diretores estão passando nos setores falando que o sindicato já negociou um acordo com a fábrica. Denunciou que estão fazendo terrorismo, colocando medo nos trabalhadores, dizendo que, se não aceitarem as demissões, a fábrica vai fechar. Por isso, tentam impedir a entrega do boletim Nossa Classe, que chama a lutar contra a terceirização e as demissões, que o sindicato está negociando com a fábrica.

O companheiro revoltado enviou o seguinte relato: “aqui dentro está todo mundo contra esse sindicato de ladrão. Eles avisaram hoje que os 1.400 contratados vão trabalhar só até o dia 30 de novembro, e depois férias remuneradas, até o dia 08 de dezembro. Ou seja, estamos demitidos. Os 2.200 efetivos serão demitidos até o dia 16 de dezembro, através de PDV de R\$ 150.000,00. Em janeiro, inicia a terceirização da logística. Esse sindicato não faz nada. Corruptos!”

A greve, a paralisação e ocupação da fábrica, a organização de

um comitê de greve, formado pelos operários, é a única forma de combater o plano de demissões da empresa. Os operários devem tomar em suas mãos o rumo da luta. Devem pressionar, organizar a paralisação da produção em cada setor, e exigir que o sindicato se coloque contra as demissões e organize a luta em defesa da redução da jornada, sem redução de salários. Que o sindicato convoque uma assembleia geral dos metalúrgicos, para unificar a luta dos trabalhadores da Mercedes, da Volks, da GM e demais empresas, que também estão demitindo, para defender os empre-

gos, salários e direitos. É preciso ainda ter claro que o problema das demissões não se limita a essas multinacionais. O desemprego é gigantesco. E cresce com o fechamento de postos de trabalho em muitas fábricas. Por isso, é preciso que as centrais sindicais convoquem um dia nacional de luta, com paralisação e manifestações, como preparação da greve geral.

Nenhuma demissão! Frente às demissões, devemos ocupar as fábricas e lutar pela estatização, sem indenização, sob o controle operário. ■

Agitação na porta da Volks

Os militantes que distribuíam o Boletim Nossa Classe na Volks fizeram uma agitação em torno à defesa dos empregos, dos salários e contra as demissões. Utilizando uma caixa de som, se colocaram em *defesa dos empregos por meio da ação direta, da greve. É somente por meio da greve e da ocupação da fábrica que vamos defender os empregos. É necessário, companheiros, urgente, rechaçar a política de colaboração, a política de traição da direção do sindicato. Esses mesmos pelegos, que vieram aqui antes das eleições falar que iriam defender os empregos, os salários e os direitos, são os que estão dando as costas para os trabalhadores, para a classe operária.*

A Volkswagen esperou apenas passar as eleições para anunciar as demissões, para colocar a corda no pescoço dos trabalhadores, a demissão, companheiros. Não podemos aceitar, é necessário dizer não às demissões, é necessário exigir que o sindicato convoque assembleia imediatamente. Companheiros, esse é o papel do sindicato, realizar assembleia para unificar a luta dos companheiros despedidos, dos companheiros que estão de lay-off, dos companheiros terceirizados, pela efetivação imediata de todos os companheiros terceirizados, pela bandeira da redução da jornada sem redução de salários. A redução das jornadas sem redução de salário é a bandeira da classe operária para combater as demissões. É necessário, companheiros, exigir que o sindicato

convoque assembleia geral dos metalúrgicos do ABC, porque não é só a Volks que está demitindo, a Mercedes já anunciou a demissão de 3.600 companheiros, já anunciou a terceirização de 2.200 postos de trabalho. A terceirização nós já conhecemos, significa precarização, redução de salários e direitos, a terceirização só beneficia o patrão e a direção do sindicato, que há muito tempo vem negociando acordos que só beneficiam os patrões, negociando a terceirização, negociando redução de salários, negociando PDVs, negociando empregos.

Companheiros, emprego não se negocia, emprego se defende com a luta, com a ação direta, com a greve, com a luta unificada da classe operária, os metalúrgicos do ABC. Todos nós conhecemos a história, os metalúrgicos do ABC, na década de 1970 para a década de 1980, foi através da luta unificada, das assembleias gerais dos metalúrgicos do ABC, que a classe operária, que nós conseguimos os direitos, a redução da jornada para 8 horas. Portanto, não podemos permitir que a direção traidora que hoje está na direção do sindicato continue negociando a demissão dos companheiros. Hoje são os companheiros que estão de lay-off, amanhã poderemos ser nós. A luta deve ser de todos, a unidade da classe operária é nossa força coletiva contra as medidas patronais. ■

Boletim Nossa Classe – assembleia Mercedes

Nada de acordo de demissões! Defender os empregos com luta!

Companheiro metalúrgico, tudo indica que a direção de nosso sindicato negocia um acordo com a Mercedes-Benz, de demissão de 3.600 operários. Hoje, em assembleia fechada na sede do sindicato, vamos saber o que de fato está acontecendo. Por que fazer uma assembleia fechada? Deveria ser feita no pátio da fábrica. Todos os metalúrgicos devem participar!

Não podemos aceitar as negociações montadas às nossas costas. A multinacional alemã não vai renunciar às demissões, a não ser que nós operários estejamos unidos, em defesa dos postos de trabalho.

Para a empresa, as demissões servem para aumentar os seus lucros. Para os trabalhadores, as demissões levam ao desemprego, ao empobrecimento e à grandes dificuldades para a família. Eis por que devemos dizer não à fajuta assembleia feita entre quatro paredes. Devemos



NOSSA CLASSE
Para organização independente dos trabalhadores
 sob a perspectiva de revolução proletária

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário - Ano XVIII - 12 de novembro 2022
 (11) 95446-2020 -- nossa.classe@hotmail.com -- www.pormassas.org -- @massas.por

**Nada de acordo de demissões!
 Defender os empregos com luta!**

Companheiro metalúrgico, tudo indica que a direção de nosso sindicato negocia um acordo com a Mercedes-Benz de demissão de 3.600 operários. Hoje, em assembleia fechada na sede do sindicato, vamos saber o que de fato está acontecendo. Por que fazer uma assembleia fechada? Deveria ser feita no pátio da fábrica. Todos os metalúrgicos devem participar!

Não podemos aceitar as negociações montadas às nossas costas. A multinacional alemã não vai renunciar às demissões, a não ser que nós operários estejamos unidos em defesa dos postos de trabalho.

Para a empresa, as demissões servem para aumentar os seus lucros. Para os trabalhadores, as demissões levam ao desemprego, ao empobrecimento e a grandes dificuldades para a família. Eis por que devemos dizer não à fajuta assembleia feita entre quatro paredes. Devemos dizer não a qualquer acordo de demissão! E devemos defender a convocação da assembleia com paralisação do trabalho, a ser realizada no pátio da Mercedes.

O Boletim Nossa Classe vem até os metalúrgicos defender:

dizer não a qualquer acordo de demissão! E devemos defender a convocação da assembleia com paralisação do trabalho, a ser realizada no pátio da Mercedes.

O Boletim Nossa Classe vem até os metalúrgicos defender:

- 1) Não a um acordo de demissão;
- 2) Pela realização de uma assembleia democrática na porta da fábrica;
- 3) Paralisar o trabalho para realizar a assembleia;
- 4) Pela união de todas as seções e de todos os efetivos e terceirizados;
- 5) Preparar a greve com a ocupação da fábrica, para o caso de a Mercedes demitir;
- 6) Defender a redução da jornada sem reduzir os salários, para manter os

empregos de todos os metalúrgicos.

- 7) Efetivar todos os trabalhadores contratados e os terceirizados.

Pela união de todos os metalúrgicos contra as demissões e pelos empregos

Companheiro metalúrgico da Mercedes, as demissões vêm correndo soltas, há muito tempo. Os patrões fecham postos de trabalho, terceirizam, reduzem os salários e destroem direitos trabalhistas, em todo o país.

Aqui no ABCD, temos sofrido na carne as demissões e as perdas salariais. Vejam, companheiros, que desgraça recai sobre os trabalhadores da Ford, Toyota e Tupy, com o fechamento das fábricas.

No dia 7, a Fundação Tupy encerrou sua produção.

Milhares de fábricas foram fechadas em todo o país, nestes últimos anos. As direções sindicais, no entanto, desgraçadamente, fazem o acordo de indenização; e lá se vão nossos empregos para o precipício. Assim, cresce o número de desempregados e subempregados. Já passou da hora, para reagirmos com luta em defesa do trabalho.

O Boletim Nossa Classe defende: 1) Que os sindicatos convoquem a assembleia geral para organizar a luta geral pelos empregos; 2) Que as assembleias formem os comitês de empregados e desempregados; 3) Que as centrais sindicais convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, pelos empregos e salários.

Companheiro operário, emprego não se negocia, se defende com luta!

São José dos Campos – São Paulo

Em defesa da reintegração do companheiro Mancha

Quando fechávamos a edição do Jornal Massas, recebemos a notícia da demissão do conhecido dirigente da CSP-Conlutas e membro do PSTU, Luiz Carlos Prates (Mancha). O POR se coloca inteiramente a favor de realizar uma campanha nacional pela sua readmissão imediata. Está claro que a demissão de Mancha é uma medida política de arrancar da fábrica todo operário que se coloque contra a exploração do trabalho. Que as centrais, sindicatos, movimentos e correntes políticos que se reivindicam dos trabalhadores respondam prontamente a esse ataque da multinacional norte-americana.

Abaixo publicamos a nota do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos

Em decisão arbitrária, General Motors demite dirigente sindical Mancha

“Em uma decisão arbitrária e antissindical, a General Motors, em São José dos Campos, demitiu o dirigente sindical Luiz Carlos Prates, o Mancha.

Pela readmissão imediata de Luiz Carlos Prates (Mancha)

O dirigente do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos e da CSP-Conlutas foi demitido pela General Motors
Lutemos pela liberdade sindical e contra a perseguição política

QUE AS CENTRAIS, SINDICATOS E MOVIMENTOS INICIEM PRONTAMENTE UM MOVIMENTO PELA READMISSÃO DE MANCHA



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



www.pormassas.org
PODCAST - anchor.fm/por-massas
fb.com/massas.por
por@pormassas.org

A demissão foi comunicada nesta quinta-feira (10). Mancha é metalúrgico da GM há 35 anos e foi surpreendido pela direção da fábrica, que o demitiu de maneira unilateral. Ele havia retoma-

do recentemente sua função na fábrica, de eletricitista de manutenção.

Ao longo de mais de três décadas, o dirigente sindical esteve à frente de inúmeras mobilizações e greves em defesa dos trabalhadores da GM. Também atuou diretamente em negociações com a fábrica, nas Campanhas Salariais e de PLR. Atualmente, Mancha é membro da Secretaria Executiva Nacional da central sindical CSP-Conlutas. Por isso, tem direito à estabilidade no emprego.

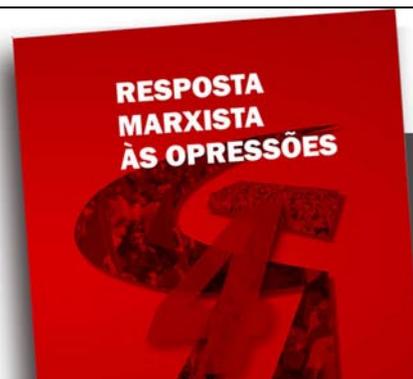
O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região enviou uma notificação extrajudicial ao diretor de relações trabalhistas da GM, exigindo o cancelamento imediato da demissão e reversão desse abuso de direito.

A entidade considera que a GM violou a o artigo 8º da Constituição Federal, bem como a Convenção 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ambos se referem à liberdade sindical”.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Ceará

Última assembleia do sindicato APEOC Militante da corrente O Trabalho agride um militante do Partido Operário Revolucionário (POR)

A Assembleia do último 26 de outubro teve como pauta: pagamento dos precatórios a todos os professores da rede estadual de ensino, sobre a reserva do último concurso de 2018, ampliação carga horário e a campanha salarial de 2023. Iniciou-se com abertura dos informes do sindicato, do governo e da PGR. Abriam-se as inscrições para a base avaliar as propostas. Em meio à discussão da pauta, surgiu a questão das eleições. A intervenção da Corrente Proletária na educação/POR foi de que a saída para as necessidades dos trabalhadores não viria com a eleição, mesmo que ganhasse Lula. Qualquer que fosse o novo presidente descarregaria a crise sobre os explorados. O governo eleito vai administrar para a burguesia. As condições de vidas das massas continuarão a piorar, pois, somente por meio da luta de classes é possível enfrentar a fome, a miséria, as contrarreformas e as privatizações, bem como impor ao patronato e ao governo aumento salarial de acordo com inflação.

Em resposta à firme posição do Partido Operário Revolucionário, que fez a campanha pelo voto nulo, um militante da corrente interna ao PT, O Trabalho, passou a provocar e insultar os militantes poristas. Já na assembleia do dia 3 de outubro, esse agente do PT no sindicato se vale das mais baixas formas de enfrentamento das divergências. Entre as agressões verbais, procura enlamear a

Esse acontecimento alerta para o fato de que a burocracia sindical vem tornando-se cada vez mais gangsteril.

moral revolucionária de seu opositor. Não bastando, no final da assembleia, quando um dos militantes do POR conversava com o presidente da APEOC, esse indivíduo do O Trabalho passou do ataque verbal para a agressão física.

Esse acontecimento alerta para o fato de que a burocracia sindical se vem tornando-se cada vez mais gangsteril. O que expressa o grave processo de estatização das organizações sindicais e de penetração em seu interior da política burguesa, nas suas mais distintas variantes. Há muito, assistimos à ampla deformação burocrática das assembleias, que deixam de expressar a democracia sindical e a soberania das bases. O mais assombroso no caso da APEOC é que militantes que se reivindicam da esquerda passem a reproduzir a velha prática da agressão física. O POR chama os sindicalistas classistas e as correntes que resguardam a democracia sindical a condenarem atitudes gangsteris, como a que expressou o militante do O Trabalho/PT. ■

Rio Grande do Norte

Boletim Nossa Classe – novembro

O Boletim Nossa Classe RN, do mês de novembro, inicia chamando os operários a se organizarem com suas próprias forças. Coloca que, para derrotar os atos golpistas, era necessário que as centrais e sindicatos organizassem a luta pelo método da ação direta, sem confiar nas instituições burguesas. Coloca que o futuro governo Lula também não conseguirá atender às necessidades dos explorados. Denuncia as direções sindicais traidoras, incapazes de organizar a luta, e faz o chamado a organizar oposições sindicais classistas e combativas para retomar os sindicatos como instrumentos de luta da categoria.

Em seguida, defende a organização da campanha salarial dos trabalhadores das confecções, com data-base para 1º de janeiro. Exige da direção do sindicato (Sindconfecções) que organize as assembleias nas portas das fábricas, para aprovar uma pauta de reivindicações e

preparar a luta. Entre as reivindicações, estão: 1) Por um piso salarial vital, suficiente para satisfazer as reais necessidades de uma família; 2) Nada de trabalho aos sábados e 1 hora a mais! Fim do banco de horas; 3) Fim das metas abusivas e da sobrecarga; Contratação de mais trabalhadores; 4) Pelo pagamento/aumento do vale-alimentação.

O Boletim denuncia que a fábrica Guararapes, há cerca de três anos, substituiu a cesta-básica por um vale-alimentação de apenas 35 reais, que não dá para nada. Diz que “O vale-alimentação, assim como o vale-transporte, são valores pagos de forma antecipada ao trabalhador, para garantir minimamente a sua sobrevivência e o deslocamento à empresa, desde o seu primeiro dia de trabalho. O valor do vale-alimentação deve corresponder ao valor dos alimentos que sua família precisará ao longo do mês. Segundo o DIEESE, o valor da cesta básica em Natal já corres-

ponde a R\$ 581,53”.

O Boletim defende que haja uma creche na fábrica Guararapes, o que corresponde a um anseio das operárias mães, que não conseguem pôr seus filhos em creches privadas, em virtude dos baixos salários que recebem, e por não ter vagas, além de nem sempre ser compatível com seu horário de trabalho. No entanto, a fábrica Guararapes tem agido no sentido oposto, o de agravar as condições de vida das operárias, ao fazerem trabalhar aos sábados e 1 hora a mais todos os dias.

O Boletim Nossa Classe conclui, dizendo que “o desenvolvimento tecnológico já criou as condições para a mulher se libertar das tarefas domésticas. Quando a classe operária tomar o poder (revolução proletária) e assumir o controle das fábricas, organizará uma rede de restaurantes populares, lavanderias coletivas, creches e outras instituições, que livrarão a mulher das tarefas domésticas”. ■

Rio de Janeiro

Caos nos trens da Supervia: trabalhadores fazem protesto espontâneo

Na manhã do última quinta-feira, 10/11, os trabalhadores da Zona Norte do Rio tiveram novamente de enfrentar o caos nos trens da Supervia. Com uma composição do ramal Santa Cruz parada entre as estações de Quintino e Cascadura, os passageiros precisaram de caminhar nos trilhos, isso depois de esperarem mais de meia hora dentro do trem. A paralisação afetou dois ramais, instalando o caos em toda região. O que fez com que houvesse a superlotação no BRT, agravada pelas obras na Barra da Tijuca. Logo, muitos passageiros não conseguiram chegar ao trabalho.

Cansados de ver essas cenas se repetirem, os passageiros, em Deodoro, colocaram fogo nos trilhos, quebraram a placa da esta-

ção, e alguns trens que estavam parados nas plataformas. Novamente, as revoltas instintivas tomam conta dos trabalhadores que utilizam as linhas de trem do Rio de Janeiro.

O fundamental está em que os sindicatos ligados aos transportes não organizam qualquer luta há muito tempo, e o movimento social em geral tem passado ao largo de mobilizar os trabalhadores para responder a esse problema tão recorrente. É preciso transformar a revolta espontânea em luta organizada e coletiva. Para isso, é preciso construir o partido do proletariado, o POR, no Rio de Janeiro, para dar uma expressão consciente aos instintos de revolta das massas oprimidas. ■

Corrente Proletária na Educação – Sinasefe

Manifesto à 177ª Plenária Nacional do Sinasefe faz chamado para combater o golpismo e conquistar a independência política e organizativa dos explorados

Nos dias 12 e 13 de novembro, ocorrerá a primeira plenária nacional presencial do sindicato nacional dos servidores dos institutos federais, o Sinasefe, desde o início da Pandemia de Covid-19. A Corrente Proletária na Educação atuará com seu manifesto, que traz o chamado “Barrar as tentativas golpistas da ultradireita com a organização e luta da maioria oprimida! Conquistar a independência política e organizativa dos explorados com a luta unitária em defesa de empregos, salários, moradia e direitos! Confiar em nossas próprias forças e métodos de luta!”. Publicamos aqui um resumo:

As massas foram divididas e arrastadas em torno das disputas interburguesas em torno das candidaturas de Lula e Bolsonaro. As centrais, sindicatos e movimentos se subordinaram à candidatura de Lula, e ajudaram a eleger o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. O novo governo, apesar das ilusões despertadas, será incapaz de atender as necessidades das massas, sobretudo ante os acordos contraídos com as frações da burguesia, o cenário prognosticado de recessão na economia mundial em 2023, e o prolongamento da Guerra da Ucrânia.

Apesar da derrota de Bolsonaro, a ultradireita e a direita saíram fortalecidas. A eleição de candidatos apoiados por Bolsonaro na Câmara, no Senado e em governos estaduais evidenciou o quanto a tática eleitoreira do “se votar, não volta” é impotente. Apesar das manifestações golpistas, com bloqueios de estradas, Bolsonaro não teve condições econômicas e políticas, com amplo apoio das frações burguesas e do imperialismo, para promover um golpe de Estado, desconhecendo o resultado eleitoral. Ainda assim, é fundamental que os movimentos sociais e sindicatos se coloquem em movimento contra o golpismo, exigindo o respeito ao voto popular, e sem nenhuma confiança nas forças repressivas do Estado.

A tarefa mais importante do momento é batalhar para que as massas conquistem a independência diante da política burguesa. A ausência de independência diante da Pandemia e a canalização das manifestações de rua a partir de maio de 2021 para a tática do desgaste eleitoral levaram à passividade das massas, profundamente golpeadas pelo governo e patronato. Por mais que muitos sindicalistas falassem de “derrotar Bolsonaro nas ruas a nas urnas”, as greves

foram abortadas, e os atos de rua direcionados para as ilusões eleitorais. Não houve uma resposta coletiva e independente para enfrentar a miséria crescente, o desemprego, redução de salários e fechamento de fábricas. A classe operária não foi colocada em movimento. Em vez da frente única entre os explorados, as direções reformistas e centristas, mais cedo ou mais tarde, se colocaram todas pela frente ampla, junto com os golpistas que orquestraram o golpe de 2016.

As centrais e sindicatos, que se recusaram a criar comitês de empregados e desempregados por empregos, salários e direitos, passaram os últimos meses construindo comitês eleitorais, escondendo o caráter de classe das eleições. A pacificação prometida por Lula pressupõe que as direções sindicais atuem pela governabilidade, contendo os levantes instintivos das massas. A defesa das reivindicações das massas depende de recuperar as forças dos movimentos, convocar as assembleias democráticas, construir os comitês de luta, e recorrer aos métodos próprios dos explorados para enfrentar o golpismo, os ataques de Bolsonaro e Congresso Nacional ainda em 2022 e, também, para exigir dos governos e patronato o atendimento das reivindicações vitais das massas.

O POR atuou nas eleições, apontando a necessidade de organizar a luta em torno das reivindicações que expressam a defesa da vida da maioria oprimida. Atuou na contracorrente das ilusões nas eleições burguesas, com a defesa do voto nulo, pela construção do partido operário revolucionário. A CPE/POR defende: que o SINASEFE leve às centrais sindicais e demais sindicatos e movimentos sociais, a proposta de constituir as assembleias e comitês nos locais de estudo, trabalho e moradia, pela revogação das contrarreformas trabalhista, da Previdência, a Emenda Constitucional 95/2016 (do corte de gastos aos serviços públicos). Por empregos a todos, por meio da escala móvel das horas de trabalho. Em defesa do salário mínimo vital, com valor calculado pelas assembleias de trabalhadores, suficiente para suprir as necessidades das famílias trabalhadoras. Em defesa do financiamento estatal integral da educação pública, conforme cálculo das assembleias escolares e universitárias. Por terra aos camponeses e indígenas e moradia popular para todos que precisem.

No âmbito do SINASEFE, devem ser convocadas as assem-

bleias presenciais e comitês de luta, para reerguer a greve pela reposição salarial dos servidores federais, e contra a aprovação da Reforma Administrativa. O movimento grevista pela reposição salarial dos servidores federais, iniciado em 16 de maio de 2022, foi suspenso doze dias depois, em uma plenária virtual. A CPE/POR defende: que o Sinasefe organize os servidores dos IFs por meio de assembleias e comitês presenciais. Que exija das en-

tidades integrantes do SINASEFE a retomada da luta em defesa dos salários e contra a aprovação da Reforma Administrativa. Que as Centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais convoquem uma plenária unificada de servidores públicos, empregados privados, desempregados e estudantes, para aprovar um plano de lutas pela revogação das contrarreformas, e para pôr abaixo a Reforma Administrativa. ■

São Paulo

Chega de esperar! O Sindicato tem a obrigação de convocar imediatamente uma assembleia geral

O final do ano está aí. O governo não perde tempo. Os ataques aos trabalhadores da educação e estudantes são quase que diários. Esperar o quê?

Nos últimos dias, o governador, por meio da Secretaria da Educação, divulgou uma lista enorme de escolas que serão de tempo integral, ou seja, não terão mais o curso noturno. Em seguida, publicou os critérios para a atribuição de aulas para o próximo ano, estipulando a jornada de aulas no lugar de tempo de serviço e a titulação. Impõe, assim, a LC 1374/22, que substitui os vencimentos por subsídios na “nova carreira”, bem como a classificação do professor por jornada de trabalho. Ou seja, quem tem jornada maior vem primeiro, na lista de classificação. Mantém a demissão de milhares de professores da categoria O, encerrando os contratos de 2018-2019, em dezembro.

A Corrente Proletária vem fazendo uma campanha junto às escolas, contra esses enormes ataques ao magistério e aos estudantes-trabalhadores. O fechamento do período noturno e das EJAS só faz aumentar a quantidade de jovens que ficam impedidos de estudar. Aparecendo nas pesquisas como os “*Nem, Nem – nem estudam e nem trabalham*”. A causa primeira do crescimento desse contingente de jovens se encontra na falta de emprego, nas longas jornadas de trabalho (subemprego), que impedem conciliar o emprego com os estudos, e, também, o fechamento do período noturno, tanto pela Escola de Tempo Integral, quanto das EJAS. Os professores, que são obrigados a assumir outra rede de ensino, para completar os salários, são expulsos de suas escolas estaduais, quando estas passam a ser de tempo integral. Se os salários fossem suficientes para manter uma família, certamente nenhum professor se submeteria a lecionar em mais de uma rede escolar.

Isso porque tem consciência de que o desgaste físico e mental bate em sua vida, muito antes de se aposentar. A imposição do subsídio, ao invés de remuneração, e a destruição de conquistas (quinqüênios, sexta-parte etc.), com determina a “nova carreira”, colocam o professor na condição de semiescravidão.

Como se vê, a situação é extremamente grave. No entanto, a resposta da direção da Apeoesp continua a mesma: esperar que a Assembleia Legislativa aprove projetos, encabeçados pela deputada Maria Isabel, e que a Justiça acolha o pedido do sindicato, para alterar as determinações da Secretaria da Educação. Esse caminho não ajuda a organizar a luta para impor as reivindicações. Semeia a despolitização e a ilusão de que basta uma ação do Sindicato no Legislativo ou no Judiciário para que o governo abandone os ataques. Não! Esse caminho não é o dos trabalhadores para enfrentar o patrão/governo. Quanto mais a direção do sindicato se separa dos métodos próprios dos explorados, mais o governo tem as mãos livres para impor duras medidas, que implicam cortes de recursos à Educação, rebaixamento salarial, liquidação de direitos, terceirização, ensino a distância e privatização.

Está aí por que a Corrente Proletária vem defendendo que a direção da Apeoesp convoque uma assembleia geral, amplamente convocada nas escolas, para que se aprove o caminho da luta coletiva, nas ruas. Chega de esperar! Nada cairá do céu! Somente conseguiremos impor derrota ao governo se houver luta massiva. O final do ano se aproxima, é preciso uma assembleia para unificar a luta. Chega de combater as PEIs por escolas! A ação para impor as PEIs é centralizada por parte do governo. A sua rejeição virá por meio da ação também centralizada por parte dos trabalhadores da Educação, pais e estudantes. ■

São Paulo

Terceirização é destruição de direitos e privatização

Que a Apeoesp e a Afuse façam uma verdadeira campanha pelo fim da terceirização nas escolas

As denúncias de empresas terceirizadas prestadoras de serviços nas escolas são diárias. Sugam ao máximo seus trabalhadores, cancelam contratos sem pagar os direitos, pagam salários de fome, e exigem muita produtividade. O governo impõe a terceirização para não contratar funcionários nas escolas. Por outro lado, a Afuse se cala diante da terceirização, e o sindicato dos terceirizados (Siemaco) é apenas de fachada.

A Corrente Proletária vem denunciando, junto à diretoria de ensino de Mauá, os problemas com as empresas terceirizadas. Nessa semana, os terceirizados foram avisados de que a empresa SR estava encerrando a prestação de serviços nas escolas dos municípios de Mauá e Ribeirão Pires, e que deveriam assinar o aviso prévio. Novamente, o pesadelo voltou, provocando medo de serem prejudicados em seus direitos de um ano trabalhado, e

também continuar trabalhando nessas precárias condições. Tomaram conhecimento, também, de que já foi realizado pregão, e as empresas Dinamic e RGV serviços terceirizados Eirelli assumirão os serviços, por 30 meses. Notem que a SR serviços terceirizados contratou funcionários com duas jornadas de 8 e 4 horas de trabalho e, em muitas escolas, poucos funcionários foram destinados para realizar as tarefas. Prática esta que vem se naturalizando. O Siemaco sabe da situação e, até o momento, não se manifestou.

Como se vê, a terceirização é um tumor privatizante no interior das escolas. É um dever das direções sindicais, Apeoesp e Afuse, convocarem uma assembleia dos trabalhadores terceirizados para aprovar o caminho da luta. Para isso, é necessário se colocar abertamente contra a terceirização, e exigir do governo a efetivação imediata de todos os terceirizados. ■

TORRES ALIMENTOS - EMPRESA TERCEIRIZADA ATRASA SALÁRIO E PRECARIZA AINDA MAIS AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Torres Alimentos é a empresa terceirizada que presta serviço à Diretoria de Ensino de Caieiras para escolas estaduais do estado São Paulo. Mais uma vez, atrasa os salários das funcionárias da cozinha. Além de trabalharem com o quadro de funcionárias reduzidos, e meses sem receber a cesta-básica, não têm horário de almoço ou de jantar. Ainda mais: convivem com atrasos constantes dos salários. Quando questionam: qual é o dia que vai cair o salário na conta? O supervisor do patrão tem na ponta da

língua “até meia-noite é dia”.

Essa empresa terceirizada vai mais longe. No momento de contratar, exige que os trabalhadores, na maioria mulheres, para o serviço na cozinha das escolas, assinem um documento que impede o desconto sindical. O que significa excluir o terceirizado do vínculo com o sindicato. Assim, os terceirizados não têm onde reclamar da empresa Torres Alimentos, que atrasa salários e a cesta-básica.

Como se vê, os abusos das empresas terceirizadas são grandes. Não se trata

de uma luta por escola contra a empresa que presta serviço naquela unidade. Trata-se de um combate à política do governo, que impõe a terceirização nas escolas. É um dever das direções sindicais organizarem a luta para pôr fim à terceirização. O que implica a luta pela efetivação de todos os terceirizados pelo governo do estado. E a defesa do direito de sindicalização dos trabalhadores, portanto, é preciso rechaçar a intervenção patronal que impede o vínculo do trabalhador com seu organismo sindical. ■

São Paulo

Que a direção da Afuse se coloque em defesa das reivindicações dos funcionários de escola

O governo do estado “chamou os aprovados no concurso” de Agente de Organização Escolar, de 2018. Na realidade, a chamada se restringiu a 45 funcionários para assumir algumas diretorias de ensino. Portanto, um pingo d’água no oceano, onde a maioria das escolas não tem funcionários suficientes. Sendo que parte dos contratados temporários terá seu vínculo encerrado no final do ano.

Enquanto o governo realizava essa farsa da “chamada dos concursados”, a direção da Afuse não convocou uma assembleia,

para aprovar a luta pela contratação imediata de todos os aprovados, efetivação dos funcionários contratados, e fim da terceirização. Ao contrário, se embrenhou no eleitoralismo. A Corrente Proletária denuncia o imobilismo do sindicato diante dos ataques do governo, e exige que a Afuse convoque, antes do final do ano, uma assembleia estadual, amplamente convocada nas escolas, abarcando os funcionários efetivos, contratados e terceirizados. Isso para aprovar o caminho da luta unitária contra o governo. ■

Direção do SINPEEM mantém a linha imobilista nas reuniões de REs e do Conselho

Ocorreram, nos dias 7 e 9/11, as reuniões de Representantes de Escola (REs) e do Conselho Geral, respectivamente. No primeiro caso, o formato imposto pela Diretoria do SINPEEM foi o “híbrido”, isto é, simultaneamente presencial e virtual; no segundo caso, totalmente virtual. Os encontros se deram cerca de duas semanas após o 31º Congresso. Salta aos olhos, logo de início, a contradição entre a realização de uma atividade presencial, com aproximadamente 2.500 delegados (Congresso), e as outras duas, utilizando o recurso da virtualidade. As justificativas utilizadas foram, basicamente, duas: a primeira foi a questão do abono do ponto. A direção sindical alegou que o prefeito não concedeu o direito ao abono do dia, somente o de um período, o que prejudicaria quem acumula cargo; a segunda, foi de que a maioria dos trabalhadores que participa dessas instâncias se teria manifestado em favor do formato virtual. Na verdade, a escolha se deveu ao maior controle burocrático por parte da direção, facilitada pela acomodação despolitizada de uma camada da categoria, que prefere receber a dispensa de ponto sem sequer sair de casa. Para piorar o quadro, o presidente do sindicato já anunciou que as próximas reuniões, as últimas do ano, serão de “formação”, ou seja, palestras e nada mais.

Em essência, a linha adotada pela direção foi a de referendar o plano de lutas aprovado pelo 31º Congresso. O problema desse plano foi o fato de ter atrelado a convocatória de uma assembleia ao início da tramitação de qualquer Projeto de Lei ou medida que ataque a categoria, a exemplo da proposta de substituição do regime salarial pelo de subsídios, ou o PL 573 (de terceirização/privatização das gestões escolares), ou ainda a PEC 32 (da “reforma administrativa” do governo federal), etc. Trata-se da mesma tática

empregada pelas direções sindicais, incluindo a do SINPEEM, quando da discussão sobre as contrarreformas trabalhista e previdenciária (em 2017 e 2019, respectivamente), só para citar os dois casos mais emblemáticos. Em ambas as situações, os trabalhadores acabaram sofrendo amargas derrotas. Isso, porque o método levou o movimento a esperar passivamente os trâmites legislativos, quando já estava absolutamente clara a intenção política de aprovar as medidas. A atitude correta e verdadeiramente classista seria a de se antecipar e preparar a mobilização em favor da não apresentação ou da retirada integral dos Projetos. No fundo, as burocracias sindicais esperavam “atenuar” os ataques, através de emendas parlamentares ou da judicialização, métodos que já se mostraram totalmente inócuos, dado que os governos reúnem maioria nas casas legislativas, e têm a Justiça burguesa como aliada.

A Corrente Proletária na Educação fez a denúncia do erro que implicava atrelar o chamado de uma assembleia à iniciativa do governo. Defendeu, concretamente, a transformação do ato do dia 22/11 (proposto pela própria Diretoria, cujo caráter é de combate ao confisco sobre as aposentadorias) em ato e assembleia. Vale ressaltar que essa atividade do dia 22 é resultado de uma virada pontual nessa questão do confisco na rede estadual de SP – virada que se explica como uma atitude claramente eleitoreira do governador Rodrigo Garcia/PSDB, então candidato nessas eleições. Em sua defesa, a Corrente Proletária colocou que não cabia esperar, que não podíamos cair no mesmo erro tático verificado nas mobilizações contra as reformas trabalhista e previdenciária. Para a Corrente Proletária, uma assembleia seria importante, para que pudesse dar mais força e maior amplitude às duas resoluções de

sua autoria, aprovadas no 31º Congresso, sendo a primeira delas de uma campanha pelo fim da guerra na Ucrânia, e a outra de cobrança às centrais sindicais e movimentos, para que convoquem um Dia Nacional de Lutas, em defesa dos empregos, salários e empregos, como preparação para a greve geral.

A réplica da Diretoria do SINPEEM, diante de nossa denúncia e da proposta de transformação do ato do dia 22 em assembleia, foi a de que não havia “atrelamento” ao calendário da Câmara, apenas que “não há direito sem Lei”, ou seja, que o caminho para evitar qualquer ataque teria de ser necessariamente a pressão sobre o Parlamento, pressão que seria exercida simultaneamente sobre o próprio Executivo, com a convocação de greve, com manifestações, etc. O argumento constitui uma espécie de combinação de legalismo com um verniz de luta. Na prática, não passa de tergiversação. É claro que não há problema em colocar o movimento sindical contra os órgãos do Estado, o Parlamento incluído, muito menos em aplicar os métodos de combate históricos do proletariado, a exemplo da greve. Pelo contrário, é justamente esse o caminho defendido pela Corrente Proletária. O problema é que o método da pressão parlamentar é de outra natureza: trata-se de um meio que consiste em fazer pressão sobre os vereadores ou deputados/senadores, para que votem contra os Projetos ou que adotem as emendas oposicionistas, como se os votos fossem resultado de um exame racional de argumentos pró e contra, o que obviamente é pura ingenuidade. O Legislativo é um antro de corruptos, é uma instância do Estado burguês, uma engrenagem que funciona mediante a política do chamado “toma lá, dá cá”. Em outras palavras, as votações são decididas, não em plenário e com o livre exame de consciência, mas nos bastidores, com os acordos de cúpula, envolvendo benesses e muito dinheiro. O Parlamento se move de acordo com os aparatos e com o poder econômico. É absurda a ideia de que as visitas aos gabinetes dos políticos possam dissuadi-los.

Por isso, “esperar” o início da tramitação é um erro grave. Geralmente, quando os Projetos começam a andar, é porque ao menos parte dos acordos de bastidores já está firmado. O governo dificilmente coloca em discussão medidas que não foram apreciadas pelas bancadas, particularmente pelos situacionistas. Do ponto de vista da tática a ser empregada pelo movimento sindical, a espera pela tramitação resulta em sair atrasado. Basta lembrar o que se passou no ano passado: o SINPEEM e as demais entidades do funcionalismo público municipal não prepararam devidamente a campanha contra as medidas de ataque do governo, que eram de continuidade e aprofundamento da contrarreforma previdenciária, e de aspectos da contrarreforma administrativa (retirada de parte das abonadas, etc.). Conclusão: a primeira assembleia foi convocada justamente no dia da aprovação, em primeira votação, dos Projetos. A experiência demonstrou objetivamente o atraso. E, quando dizemos “objetivamente”, é porque se trata de um dado da realidade, uma simples constatação: se o Projeto foi aprovado sem sequer uma assembleia prévia, é porque não houve o trabalho político de mobilização, não houve a campanha necessária para organizar a resistência coletiva. O combate de caráter defensivo, nesse caso, exigia erguer a luta para evitar a aprovação, o que evidentemente não seria possível, convocando-se a primeira assembleia justamente no dia da votação na Câmara.

O que funciona mesmo são os métodos da luta de classes. É preciso atacar os interesses da burguesia e de seus governos. Por exemplo, quando os operários paralisam uma fábrica, impõem o prejuízo imediato aos patrões, forçando-os a atender às reivindicações. É o que a experiência histórica demonstra. É claro que o funcionalismo público não possui o mesmo poder, pois, a natureza de seu trabalho não é a mesma dos operários. Para reunir a força necessária para derrotar os governos, o funcionalismo deve

projetar a sua mobilização para o conjunto dos assalariados, precisa ganhar as ruas, quebrar a normalidade do funcionamento da cidade, interferindo como pode na produção e circulação de mercadorias. Precisa afetar a economia. Precisa ameaçar a burguesia com a possibilidade de uma expansão da luta para outros setores. Precisa instigar a revolta generalizada dos oprimidos, explorando politicamente as raízes comuns da miséria, da exploração e da opressão que atingem os operários, os funcionários públicos, a juventude pobre, etc. Daí também a necessidade, não só de acertar nos métodos de luta, mas também no conteúdo das reivindicações. O corporativismo é um veneno para a luta dos trabalhadores. Construir uma pauta voltada tão somente a atender os interesses específicos da categoria implica em estrangular o movimento, minando logo de cara o seu potencial. O correto é que as bandeiras combinem as necessidades particulares com os problemas gerais dos explorados. O critério é: as consignas levam ao choque com o Estado e com a classe capitalista? Se a resposta for positiva, é porque o movimento caminha no sentido certo.

A linha adotada pela direção do SINPEEM está na contramão da necessidade dos trabalhadores. Na verdade, a decisão está voltada a evitar qualquer mobilização neste ano. A burocracia está torcendo para que 2022 se encerre. O próprio presidente do sindicato falou, mais de uma vez, que existe o peso da reposição das últimas greves, que há o obstáculo dos jogos da Copa do Mundo de futebol, mais isso e aquilo... Não podemos deixar de lembrar que a campanha salarial deste ano passou sem uma única assembleia, resultando em perda salarial, com um reajuste minguado, abaixo da inflação. O perigo dessa postura é claro: o governo, atento ao imobilismo da direção sindical, pode colocar as suas medidas de ataque em discussão, como já fez em várias ocasiões, justamente no final do ano, quando a categoria está desmobilizada, já em férias. Há indícios de que a PEC 32 possa ser levada à votação seguindo essa tática por parte do governo. A direção sindical, no entanto, tem argumentado que, nesse caso, convocará automaticamente a greve. Mas, como fará para essa suposta greve engrenar, sem qualquer preparação? A situação é muito perigosa, pois, a mensagem transmitida pela direção à categoria é de que resta esperar o ano acabar. É uma linha desmobilizadora. Como consequência, ficamos nas mãos do governo. Se este decidir colocar seus Projetos em andamento nesse período, terá diante de si um caminho bem mais tranquilo. O movimento sindical, por sua vez, saindo atrasado, terá de fazer das tripas coração, para colocar em pé a força social necessária para derrotar a investida do governo.

Do ponto de vista das tarefas políticas do momento, essa é a discussão central que esteve presente nas reuniões de RE e do Conselho. Cabe ainda mencionar, para concluir, o trabalho político realizado pela Corrente Proletária na Educação em torno à moção de defesa do camarada boliviano, Rodrigo Echalar, que está sofrendo uma dura perseguição política, inclusive com a ameaça de prisão pelo governo do MAS. A moção foi aprovada nas duas reuniões (RE e Conselho). A Corrente Proletária dedicou um esforço ainda para divulgar a plenária de oposição, que se realizará no dia 26 de novembro. A proposta dessa plenária partiu de uma fração da oposição, formada pela LOI, pelo coletivo Vozes da Base e outros camaradas. A Corrente Proletária tem defendido que essa proposta sirva para unificar as oposições ao redor das bandeiras de democracia sindical e independência de classe. Qualquer iniciativa no sentido de dividir ainda mais os agrupamentos oposicionistas só servirá aos interesses da burocracia sindical, favorecendo a continuidade de seu domínio. A luta por fortalecer a oposição é parte da luta pela formação de uma fração revolucionária no interior do SINPEEM, tarefa a que a Corrente Proletária está inteiramente dedicada. ■

São Paulo

Conlutas convoca um comitê

A CSP-Conlutas/PSTU convocou uma plenária, chamando partidos e movimentos sociais, no último dia 3. A proposta era organizar uma resposta aos bloqueios de rodovias por parte dos bolsonaristas. Já na apresentação, feita por um dirigente do PSTU, ficou claro que esse objetivo inicial não se manteve, já que os bloqueios estavam quase todos desmontados no final desse dia. A proposta foi então apresentada como a constituição de um comitê de lutas. O caráter do comitê, como ficou claro na apresentação e no manifesto elaborado posteriormente, é o de “lutar pelo respeito ao resultado das urnas, e contra qualquer golpe que fira as liberdades democráticas”. Os eixos principais apresentados foram: “Respeito à decisão das urnas; contra os ataques às liberdades democráticas; contra a ameaça de golpe; defesa da pauta dos trabalhadores e setores populares; propagandear a autodefesa; cobrar das centrais sindicais e outras organizações que organizem nas ruas as lutas”.

O POR interveio nessa plenária com um manifesto contra o golpismo bolsonarista e com o Jornal Massas, além de duas intervenções no plenário. A primeira intervenção expressou a linha do boletim, onde indicamos com clareza que as condições objetivas para um golpe não estavam dadas, o que não significava dar as costas às ameaças concretas que estavam colocadas, principalmente pelo trancamento de rodovias em quase todos os estados do país. Nesse sentido, era necessário responder prontamente a

essa ameaça. E a resposta deveria dar-se por meio da política proletária, ou seja, organizando e colocando a classe em movimento para lutar por suas necessidades, o que incluiria a defesa do resultado eleitoral. Nota-se assim que existe uma diferença entre a nossa política e a defendida pelo PSTU no comitê: o peso e importância que se dá para a luta pelas necessidades mais sentidas das massas oprimidas. Na plenária, defendemos que antes de mais nada é preciso colocar a classe operária e demais trabalhadores em movimento, em luta, e para isso é preciso que o comitê se volte a defender as suas reivindicações mais urgentes: o emprego, aumento geral dos salários, nenhuma retirada de direitos, moradia para todos, contra a fome e a miséria, pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária, etc.

Na segunda intervenção, apresentamos a moção de defesa de nosso camarada Rodrigo, perseguido político do governo do MAS, na Bolívia. Foi importante apresentar essa moção e fazer essa defesa para as diversas organizações ali presentes, pedindo que levassem para suas organizações e apoiassem nossa campanha. Já que o comitê estava se propondo a defender as liberdades democráticas, estávamos ali diante do cerceamento concreto de uma liberdade democrática, que é o direito de organização sindical, o direito de se organizar e lutar junto às massas contra o governo que elas estavam rechaçando, o governo de Evo Morales.

Paraná

Ato contra o golpe de Estado em Londrina

No dia 3 de novembro, em Londrina, realizou-se um ato contra o movimento golpista antidemocrático deflagrado após as eleições presidenciais. O ato faz parte do movimento para constituir um comitê anti-golpe, uma frente de luta contra o movimento golpista, que não aceita os resultados das eleições.

Do ato, participaram trabalhadores, estudantes e representantes de grupos anarquistas. As faixas contra o golpe e contra o movimento fascista de Bolsonaro estiveram presentes. O POR interveio no ato, expondo a necessidade de se denunciar o silêncio

oportunistas das correntes eleitoreiras, que se limitaram a pedir a intervenção do Estado para combater os atos e protestos bolsonaristas. Defendeu a bandeira “Abaixo o golpe de Estado!”, contra o movimento fascizante dos golpistas e pela constituição de um movimento que enfrente os golpistas, empunhando as reivindicações mais sentidas da classe operária como emprego, saúde, salário mínimo vital, estatização dos transportes, contra as terceirizações dos serviços públicos. E se colocou pela independência de classe diante do novo governo Lula. ■

Paraná:

Lançamento da Revista Proletária na Educação



Em 3 de novembro, na sede do DCE da UNESPAR-Apucarana, foi realizado o lançamento do volume 11º da Revista Proletária na Educação, e se discutiu o tema “Problemas atuais da política proletária na educação”. O evento teve ativa participação de estudantes, que se estendeu por mais de duas horas e meia.

Antes da apresentação das principais matérias da revista, explicou-se a natureza da Corrente Proletária como meio de constituir uma fração revolucionária na juventude, sob a estratégia do proletariado, ou seja, de defesa da revolução proletária. Diferentemente das correntes reformistas e centristas, empenhadas em inventar “receitas” para resolver os problemas da falida universidade burguesa.

Na sequência, foram apresentados alguns dos artigos dessa edição da revista, começando com o artigo sobre a experiência das lutas travadas pelo funcionalismo público em São Paulo, em 2021; sobre o Ensino a Distância (EaD) e capitulação das direções estudantis em relação ao EaD, quando o que cabia era o combate sem

trégua a essa excrescência do capitalismo; sobre a crise do ENEM e a necessidade de erguer bem alto a luta democrática em defesa do acesso universal da juventude ao ensino superior; a luta pela autonomia universitária contra as intervenções bolsonaristas nas Universidades e Institutos Federais; sobre o combate à opressão sobre os negros e o balanço dos dez anos do Estatuto da Igualdade Racial, completados em 2020, e um artigo da revista boliviana “Hombre Nuevo”, editada pelo POR boliviano, sobre a “unidade entre teoria e prática como programa para a educação e guia para a atuação revolucionária”.

Posteriormente, na discussão sobre os problemas atuais da política proletária na educação, debateu-se questão da falta de Independência política dos movimentos, sindicatos, UNE, UBES

Mês da consciência negra: só o proletariado unificado pode derrotar a opressão racial

O mês de novembro é considerado o mês da consciência negra. É quando acontecem as tradicionais marchas da consciência negra, no dia 20. O movimento negro em São Paulo convocou uma plenária com o seguinte título: “Por um Brasil e SP com democracia e sem racismo”. A proposta da plenária é dar informes e lançar a marcha de 2022.

O POR participou da plenária. Faremos todo esforço para construir uma grande marcha, e defendemos que seja o ponto de partida na organização dos explorados para enfrentar os próximos governos, federal e estadual, que, por conta da profunda crise econômica, estão obrigados a despejar seu peso sobre as costas da maioria oprimida, o que no Brasil significa a absoluta maioria de pretos e pretas.

As condições das massas negras pioraram no último período. Com o aumento das demissões, uma parcela passou a viver permanentemente da informalidade, enquanto outra parcela, ainda mais desafortunada, vive na mais absoluta miséria. Os casos de violência racial, seja física, seja de injúria, cresceram. Mas, é preciso uma caracterização precisa do que aconteceu, para que seja possível uma resposta também precisa por parte do movimento.

Não se trata de as pessoas terem se tornado mais racistas. Essa seria uma análise subjetiva. Trata-se do aprofundamento da crise capitalista internacional, que, em sua tendência recessiva, tem destruído milhões de empregos, reduzido o valor geral da força de trabalho, ampliado o saque dos países imperialistas sobre as semicolônias, etc. No Brasil, essa tendência recessiva está na base da piora das condições de vida das massas negras, em geral, e do aumento do racismo, em particular. Por aí também se explica o avanço do conservadorismo da classe média, principalmente, que é empurrada para a defesa chauvinista dessas pequenas posses, o que amplia suas ações racistas, xenofóbicas, etc.

O aumento das violências verbais e físicas contra os pretos e pretas contou com o apoio direto do presidente da República e dos setores ultrarreacionários, que cresceram no controle do Estado. No entanto, o curso dos acontecimentos tem mostrado que a derrota de Bolsonaro nas urnas não vai frear as tendências reacionárias, entre elas a da opressão racial. De um lado, as forças reacionárias da direita racista permanecem no parlamento e nos governos, incluindo o de SP. Por outro, o próprio Bolsonaro pretende se manter como um líder opositor.

O essencial, no entanto, é que as condições materiais de vida das massas negras pioraram no último período de crise econômica. A recessão de 2015 e 2016, que esteve na base do golpe de Estado contra Dilma/PT, foi o fator mais direto, para que a burguesia abrisse mão da conciliação de classes, e se lançasse em uma ofensiva mais reacionária do capital contra o trabalho. A materialização

e MST, pontuando as diversas situações em que a falta de independência política levou a derrotas importantes das massas, como nos casos da Pandemia, no não enfrentamento ao EaD, na tramitação da Lei Geral das Universidades, que liquida qualquer autonomia universitária nas universidades estaduais, e na campanha salarial dos servidores e docentes das universidades. Finalmente, foi apresentado o programa da Corrente Proletária e a proposta de prosseguir as discussões sobre essas ideias.

O balanço da atividade foi muito positivo, pelo interesse demonstrado pelos participantes, e pela expectativa de aprofundamento das ideias apresentadas, que devem ser o fundamento da organização independente dos estudantes e de sua aproximação com as ideias revolucionárias. ■

desse processo foi a contrarreforma de Temer e Bolsonaro: reforma trabalhista, lei de terceirização, lei do teto de gastos e reforma da Previdência. Aí estão os fatores concretos da piora da vida das massas negras até 2020.

Sua condição de vida, que já era de barbárie, foi agravada ainda mais com a Pandemia, e com a ausência de uma resposta independente por parte do movimento social. A Pandemia foi o fator objetivo, mas a política aplicada, que o POR caracterizou como uma política burguesa do isolamento social, foi o fator subjetivo, que manteve os explorados desorganizados, fragmentados, e incapazes de dar uma resposta própria à crise sanitária e econômica. As direções sindicais e políticas cumpriram um papel nefasto, ao fechar as portas dos sindicatos, e se submeter à resposta dada por uma ala da burguesia, encabeçada por Doria, que determinava que os trabalhadores suportassem passivos, “em casa”, as demissões e os cortes salariais.

O período seguinte, quando o movimento social retomou a luta nas ruas, e reabriu seus sindicatos, as direções majoritárias já tinham o caminho traçado: desgastar o governo Bolsonaro, fazê-lo sangrar, mas sem ir às últimas consequências, para não perder o controle sobre as massas. Esse desgaste deveria ser capitalizado nas eleições de 2022. Esse processo de traição teve o valoroso apoio do movimento negro organizado, em especial a Coalizão Negra por Direitos, ao se limitarem à luta em torno do impeachment de Bolsonaro, que tinha como fundamento a substituição de um governo burguês por outro.

Sabemos que os mais de 58 milhões de votos de Bolsonaro não podem ser atribuídos apenas a classe média branca abastada e setores da burguesia. Uma parcela dos explorados foi arregimentada para a campanha reacionária do atual presidente. Outra parcela, majoritária, expressou seu rechaço à Bolsonaro, votando no PT. Assim, as massas saem das eleições profundamente divididas e desorganizadas, do ponto de vista da luta de classes. A tarefa número um que se impõe ao movimento é a de unificar os trabalhadores sob um programa próprio de reivindicações, que não aguarde as migalhas prometidas pelo retorno do petismo ao governo, mas que lute com suas próprias forças por esse programa.

Assim, o combate ao racismo, nesta situação, se expressa na luta pela unificação da maioria explorada do país. A luta antirracista é parte da luta anticapitalista, e não pode se desviar nem um milímetro desta. Que as lutas neste mês de novembro sejam o ponto de partida para unificar a maioria oprimida para lutar por suas próprias reivindicações, o emprego a todos; aumento geral dos salários; moradia para todos; contra a fome e a miséria; e pela revogação imediata das contrarreformas, que massacram a maioria preta neste país. ■

Plenária de mobilização da 19ª Marcha da Consciência Negra de SP

Pronunciamento do Partido Operário Revolucionário (POR)

Boa noite, camaradas. Falo em nome do Partido Operário Revolucionário, o POR. Em primeiro lugar, faço uma saudação à 19ª Marcha e a todo o trabalho que os camaradas mostraram aqui, para construir essa atividade. E dizer que vamos, como todos os anos, participar, e se nos empenhar na convocação das massas, convocar principalmente a classe operária, de hoje até o dia 20, a gente está em campanha nas portas de fábrica, e vamos chamar os trabalhadores a se organizarem e participarem. Sabemos que a classe operária é de maioria negra, e ela precisa estar organizada e preparada.

Mais do que só convocar para a atividade, é trabalhar incansavelmente para organizar as massas para se preparar para o que está por vir. A gente sabe que o próximo ano será de crise, hoje, não sei se vocês viram, saiu o resultado da inflação, e ela voltou a subir. A previsão de todos os índices é de que o ano que vem vai ser de profunda crise. Então, os governos eleitos, todos eles, o federal e os estaduais, estão obrigados a despejar o peso da crise sobre as costas dos trabalhadores, não têm outra saída. Então, a gente vai estar preparado, sem a ideia da esperança, sem a ideia de “ver o que vai acontecer”, já temos de estar organizados para lutar por nossas reivindicações. Eu acho que essa é a tarefa princi-

pal que colocamos nesta plenária.

Para concluir, acho que vale reforçar que o último período foi de profundo ataque às massas negras, e ao proletariado em geral no Brasil, que é de maioria negra. Então, quando falamos em lutar contra o racismo, defender as massas negras, estamos falando de lutar principalmente por sua base material, por suas condições de vida. Porque somos a maioria entre os desempregados, a maioria que foi empurrada para informalidade, que está hoje numa informalidade permanente, a maioria que está com os salários rebaixados. Para a mesma função dos brancos, inclusive, os trabalhadores pretos recebem um salário inferior. Então, a gente tem de trabalhar por essa base material, é nesse sentido que a gente defende a luta contra o racismo. A luta mais coerente contra o racismo é lutar pelas condições de existência das massas negras, tem de ter emprego, tem de ter os salários, tem de ter os direitos.

Finalizando, saudamos essa atividade e defendemos que o Dia da Consciência Negra seja o ponto de partida para a organização do proletariado, principalmente dos negros, que são a maioria, para o enfrentamento aos ataques patronais e governamentais no ano que vem, que vão atingir profundamente as massas, tanto pretas quanto brancas. Obrigada. ■

Quinzena **Inflação volta a crescer**

Depois de 3 meses de deflação, o resultado do IPCA de outubro foi de 0,59% de inflação. A maior contribuição foi no setor de alimentação e bebidas, seguido pelos setores de saúde e transporte. A soma dos últimos 12 meses é de 6,47%. Os três meses com índices negativos foram puxados, principalmente, pela redução nos preços dos combustíveis, e, dentro do setor de alimentos, a queda do leite, que, apesar de que vinha sendo reduzido, ainda acumula mais de 35% de alta nos últimos 12 meses. Esses dados foram consolidados pelo IBGE.

Quando se observa a evolução ao longo do ano, é possível perceber que houve um movimento de queda, de março até julho, quando o índice registrou deflação (- 0,68%), mas, de julho em diante, a tendência foi de crescimento, mês a mês. O Banco Central vem intervindo por meio da taxa básica de juros (Selic), que tem sofrido altas consecutivas, favorecendo o parasitismo e a especulação financeiros. A taxa atual está em 13,75%, maior patamar em 6 anos.

A atual elevação dos preços se deve principalmente à tendência inflacionária global, impulsionada pela guerra na Ucrânia. O preço internacional dos grãos e da energia permanece em alta, e a ausência de uma perspectiva de solução rápida do conflito pressiona os mercados de futuro do mundo todo. Na Europa, as preocupações em relação à chegada do inverno têm crescido, já que a dependência da energia para o aquecimento é muito grande.

Os preços dos produtos básicos não param de subir

Os preços dos produtos que fazem parte da cesta-básica estão na “hora da morte”. Recebendo um salário mínimo de R\$1.212,00, o trabalhador precisou gastar 58,78% de seu valor para comprar uma cesta-básica, no mês de outubro. Se mais da metade é usado para adquirir alimentos, o que sobra é impossível pagar aluguel, água

O essencial é que as massas seguem suportando o maior peso da crise econômica global. É preciso lembrar que, no último ano, a média dos dissídios foi abaixo da inflação, como já mostramos em uma edição anterior do Jornal Massas. Esse problema deve repetir-se esse ano, principalmente por conta do abandono das campanhas salariais, em nome das campanhas eleitorais, por parte das direções sindicais. Os salários seguem sendo corroídos pelo preço das necessidades mais elementares, alimentação, moradia, transporte, etc.

A alta dos preços e o rebaixamento salarial, aliados ao elevado desemprego, que empurra a maioria para as incertezas da informalidade, formam o quadro da situação dos trabalhadores brasileiros. Esse quadro econômico é agravado pela situação política em que se encontram: desorganizados politicamente, submetidos à política de conciliação de classes por parte de suas direções sindicais, e divididos entre duas saídas burguesas, que se apresentaram nas eleições.

Assim, a tarefa da vanguarda com consciência de classe é trabalhar no seio da classe operária e demais trabalhadores por unificar a maioria oprimida do país em defesa de um programa próprio de reivindicações, que possa responder de conjunto ao problema da falta de emprego e dos salários rebaixados, e assim possa dar passos em sua organização de luta para enfrentar o próximo período, que promete ser de novos ataques.

e luz, comprar remédios e custear o transporte para se deslocar ao trabalho.

Lula prometeu, na campanha eleitoral, que dará aumento real ao salário mínimo. Mas não basta reajustá-lo um pouco acima da inflação oficial. Uma coisa é o índice de inflação, outra é o custo

de vida. Para o trabalhador, a elevação dos preços dos alimentos, moradia e tarifas é muito superior aos cálculos de inflação, que é feito pela média.

É uma obrigação das direções sindicais e populares organizarem a luta contra a fome e a miséria. E começa convocando as assembleias e erguendo os comitês de luta nos bairros operários. A reivindicação que unifica os explorados é a elevação do salário mí-

nimo, ou seja, a luta por um salário que seja suficiente para manter uma família trabalhadora, calculado pelos próprios trabalhadores. Junto a essa reivindicação, está a defesa dos empregos a todos. A bandeira de que nenhum pai ou mãe de família esteja desempregado é um sentimento unificador dos oprimidos. Está aí por que o POR defende que a centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios.

Queda da pobreza extrema? O que a realidade mostra?

Uma pesquisa do Banco Mundial, recentemente lançada, indicou que a extrema pobreza no Brasil caiu durante a Pandemia. Os números mostram que a porcentagem de pessoas vivendo com menos de US\$ 2,15, aproximadamente R\$ 10,00, passou, de 5,39%, para 1,95%.

Isso parece contradizer as cenas que foram vistas durante a Pandemia, onde pessoas catavam lixo nas ruas e nos caminhões para comer. Mas o fato está em que essa pesquisa se baseou em dados posteriores ao auxílio emergencial de R\$ 600,00 que evitou a miséria absoluta de uma parcela da população, ainda que tenha sido completamente insuficiente para sustentar qualquer família. Vale lembrar que o valor do salário mínimo calculado pelo DIEESE hoje está em R\$ 6.458,00. É preciso considerar também que uma parcela da população sequer entra nas estatísticas, permanecendo à margem da sociedade, formando um exército de lumpens, principalmente nos grandes centros.

O essencial, no entanto, está em mostrar que os programas ditos “de transferência de renda” nada mais são que formas de

manutenção da miséria das massas. Assistencialismo usado de forma oportunista pelos mais diferentes governos e candidatos. Basta ver que cresceu seu apoio eleitoral de Bolsonaro em cima do Auxílio Brasil, e Lula, agora, se desdobra para encaixar a manutenção do assistencialismo no orçamento de 2023.

A luta dos movimentos sociais em torno aos programas assistenciais configura uma traição, já que esses mesmos movimentos se recusam a organizar um movimento nacional pelos empregos, e por um aumento geral dos salários. O saldo da crise pandêmica não foi a redução da miséria absoluta, mas um crescimento do número de desempregados e trabalhadores informais, além de uma redução geral no valor da força de trabalho.

É preciso lutar em cada sindicato, em cada movimento, para que se criem os comitês de luta, com empregados e desempregados, e que se convoque um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, para preparar a Greve Geral no Brasil, e que tenha como eixo principal um programa próprio dos explorados, um programa que defenda suas necessidades mais sentidas.

Demissões em massa nos monopólios de tecnologia é expressão da crise capitalista

A Meta (dona do Facebook, Whatsapp e Instagram) anunciou, no dia 09/11, a demissão de mais de 11 mil trabalhadores mundialmente, o que corresponde a 13% de seus funcionários. O Twitter está demitindo em massa, imediatamente após sua compra por Elon Musk. Estima-se que as demissões, que começaram no dia 04/11, cheguem à metade do total de 7,5 mil funcionários. Em outubro, a Microsoft também demitiu em massa mais de mil trabalhadores. A Netflix demitiu 150 funcionários em maio, e mais 300, em junho deste ano. Junta-se às demissões em massa desses grandes monopólios do setor de tecnologia, o anúncio de congelamento de contratação pela Amazon e Apple.

No anúncio das demissões na Meta, enviado por Mark Zuckerberg aos funcionários por e-mail, e divulgado na imprensa, a ladainha capitalista não tem fim. Vale destacar algumas passagens para desmascarar a retórica burguesa. Primeiro diz: “Eu errei e assumo a responsabilidade por isso”. O que não explicita é que a forma de “assumir” a responsabilidade é atacando os trabalhadores com as demissões para salvaguardar o lucro dos capitalistas. Aqui é importante ressaltar que o lucro da Meta no terceiro trimestre desse ano foi de 4,4 bilhões de dólares! Segundo: “Estamos reestruturando equipes para aumentar nossa eficiência”. Reestruturação e eficiência são palavras bonitas para dizer que ocorrerá uma intensificação da exploração capitalista de trabalho, de forma que os que não foram demitidos assumam a carga de trabalho dos demitidos. E por fim, diz fornecer aos trabalhadores dos EUA “três meses de suporte profissional com um fornecedor externo, incluindo acesso antecipado a leads de trabalho inéditos”, ou seja, inventam treinamento como se o problema fosse a falta de capacitação daqueles que estão sendo demitidos, e não o fechamento de postos de trabalho.

Às demissões no Twitter, muito se tem atribuído à excentricidade de Elon Musk. Ainda que a sanha do burguês possa influenciar a intensidade e velocidade com que as demissões ocorrem, a verdade é que a crise capitalista é quem determina a tendência geral às demissões no setor. Nenhuma das chamadas “big techs” (os grandes monopólios do setor de tecnologia e desenvolvimento de software) estão na contramão dessa tendência geral.

Esse tétrico quadro internacional mostra que a crise capitalista não poupa nem mesmo a camada de técnicos altamente especializados. São trabalhadores submetidos às relações capitalistas de trabalho, estão submetidos à exploração capitalista. A categoria de desenvolvedores de software, núcleo dessas empresas, possui um surgimento e massificação recente. Por sua posição conjunturalmente privilegiada, e devido à crise mundial de direção revolucionária, não possui uma história de luta classista e, de maneira geral, possui uma quase inexistente organização sindical. O que desgraçadamente é um entrave na luta em defesa dos empregos.

Essas demissões, que afetam trabalhadores em diferentes países, ressalta não só a necessidade de organização classista local e nacional, mas a necessidade de organização e luta internacional. Mostra que a luta em defesa dos empregos, salários e direitos é uma necessidade dos trabalhadores de todos os setores. Mostra que é preciso fazer uma luta unificada da classe operária e demais trabalhadores, de empregados e desempregados. Mostra que é preciso defender os empregos com os métodos próprios, com a greve, as manifestações de rua e as ocupações. Mostra a internacionalização do capitalismo e a necessidade de pôr abaixo esse sistema em decomposição.

DEBATE NA TV A COMUNA: Está faltando o partido do proletariado?

O POR foi convidado para um debate na TV A Comuna, no Youtube, com o tema: Está faltando o partido do proletariado? A gravação se encontra disponível neste canal, mas acreditamos que seria importante também transcrever aqui nossa intervenção, para que possa, não só ser assistida na internet, como também estudada pela militância e simpatizantes. Trata-se de uma questão fundamental para os revolucionários.

Durante o debate, ficou claro que existem divergências de essência entre a posição do debatedor Sérgio Lessa e do dirigente porista. Não será possível, por questão de espaço, transcrever o conjunto das intervenções. Mas, como dissemos, o vídeo está à disposição na íntegra.

Consideração inicial do representante do POR

“Acho necessário fazer uma saudação aos 105 anos da Revolução Russa, que completa agora em outubro. A importância da Revolução Russa, quanto à questão do partido, transcende qualquer outra revolução. A Revolução Russa levou a classe operária ao poder, porque foi possível constituir um partido que expressasse rigorosamente o socialismo científico de Marx e Engels. Lênin, que foi o grande dirigente da construção do partido e da revolução, expressou em toda a trajetória de suas formulações o rigor das teses de Marx sobre a revolução proletária. E foi nesse trabalho incessante de construir um partido voltado à revolução, que elevará a um ponto extraordinariamente alto o materialismo histórico e dialético. É, por isso, que reivindicar a Revolução Russa, como acabo de fazer, é reivindicar plenamente as conquistas programáticas, teóricas e práticas, do bolchevismo. Em outras palavras, do leninismo, que contou com uma participação muito importante, decisiva, de Trotsky.

Vejam, portanto, que a questão do partido tomou uma dimensão historicamente muito concreta na Revolução Russa. E há um fundamento básico dessa conquista, que podemos sintetizar: o partido é o programa. Só se pode levantar um partido do proletariado, um partido para a tomada do poder do Estado, para a derrocada da ditadura de classe da burguesia e constituição da ditadura de classe do proletariado, se esse partido for capaz de elaborar o programa no processo da luta de classes, não só nacional, mas internacional.

Se observarmos com devido cuidado a evolução programática do bolchevismo, vamos verificar que o programa é uma obra que exige uma confluência dos instintos revolucionários do proletariado, nas condições objetivas de desintegração do capitalismo, com a teoria revolucionária. Essa teoria revolucionária tem suas raízes em Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista, na experiência da Liga dos Comunistas, na 1ª Internacional e na Comuna de Paris. Nota-se que o problema da construção do partido está em a vanguarda assumir a tarefa de dirigir a classe operária para tomar o poder, e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Estamos fazendo referência à virtude, à capacidade, à persistência e à convicção de que os instintos revolucionários da classe operária, que nascem das condições objetivas da opressão capitalista, se vão transformar em consciência revolucionária, por meio do partido. Isso é o que nós, do POR, procuramos assimilar, entender e aplicar.

Na Revolução Russa, depois da morte de Lênin, ocorrerá uma

cição no próprio Partido Bolchevique, justamente sobre a base do programa da revolução proletária internacional, a questão do internacionalismo proletário. Trotsky e Stalin vão entrar no mais profundo conflito, em torno ao vínculo da revolução na Rússia com a revolução mundial. A tese estalinista da possibilidade de construir o “socialismo em um só país” estabeleceu concretamente uma separação entre o nacionalismo e o internacionalismo proletário. Divergência que se traduzirá em uma brutal repressão do aparato estalinista à fração marxista-leninista constituída por Trotsky, portanto, desencadeada justamente em torno ao programa. Como se vê, quando se fala em partido, se fala em partido-programa.

Se analisarmos concretamente os partidos de esquerda que existiram no Brasil, veremos como o Partido Comunista do Brasil teve uma longa existência. E a experiência foi mostrando que esse partido não foi capaz de constituir o programa da revolução proletária no Brasil. A própria existência desse partido, com as contradições da luta de classes no país, acabou sendo um partido submetido à burguesia, e, por isso mesmo, acabará se desintegrando em várias correntes do estalinismo. Qualquer análise que se faça da trajetória do Partido Comunista no Brasil irá desembocar no problema do programa da revolução proletária. Sem o programa que expresse as leis históricas da revolução social, não há como desenvolver a tática, e resolver o problema do trabalho cotidiano, ou seja, como a vanguarda se forma e penetra no seio da classe operária.

Então, a pergunta que é feita pelo canal A TV Comuna sobre a necessidade do partido, certamente, implica vários aspectos a serem considerados. O primeiro, é histórico. O partido é uma necessidade histórica para a classe operária tomar o poder, destruir a ditadura de classe da burguesia, e iniciar um processo de transformação do capitalismo em socialismo. Por isso mesmo é que a experiência da Revolução Russa se projeta historicamente com a constituição dos soviets, o estabelecimento da ditadura de classe do proletariado, baseada em uma democracia de classe, proletária, e a política estratégica da revolução mundial. Esses fundamentos concretos da Revolução Russa embasam a própria teoria do partido leninista. Por isso, nós, do POR, não queremos, não pretendemos, e achamos um equívoco criar uma teoria do partido. Não há necessidade de se lançar a tal objetivo. A história comprovou que o Partido Bolchevique realizou uma tarefa que qualquer partido revolucionário do proletariado tem de resolver, em qualquer parte do mundo, que é a elaboração do programa da revolução proletária, aplicado às condições particulares do país em que esse partido vai estabelecer-se.

O segundo aspecto diz respeito às condições particulares de cada país, sem perder de vista, evidentemente, as determinações das condições mundiais do capitalismo. Então vemos que o programa da revolução proletária em qualquer país é uma refração do programa da revolução proletária mundial. Mas, não se trata de uma refração mecânica. As particularidades da realidade de cada país têm de ser estudadas, compreendidas e assimiladas no processo prático de construção do partido. Essa natureza histórica do partido se torna mais clara, na medida em que a vanguarda se põe diante das particularidades que condicionam a materialidade do programa. Constatamos que, a partir do esforço de Marx e

Engels, voltado a constituir o partido valendo-se da experiência inicial da Liga dos Justos, e a construir a Primeira Internacional, se tem um conjunto de determinações particulares. E, assim, abriu-se um processo histórico de formação dos partidos comunistas em toda a parte. Essa experiência vai concentrar-se na Revolução Russa, de onde vai irradiar toda a problemática do partido revolucionário. Basta ver que a II Internacional tinha a missão de construir o partido mundial da revolução socialista, mas, devido a que não desenvolveu o programa marxista da revolução, acabou capitulando diante da burguesia alemã, na Primeira Guerra Mundial, e assim se lançou no precipício do capitalismo putrefato.

Vejam que a Revolução Russa – o avançado processo da Revolução Russa – evitou que se estabelecesse uma crise de direção de grande profundidade naquele momento. Isso porque a Revolução Russa projetou a luta internacional de tal forma, que levou à constituição da III Internacional, que expressou a formação de partidos comunistas no mundo inteiro. Rompendo, portando, com a social-democracia, rompendo com todos os revisionismos. Notem que foi um processo de ascensão, no sentido de ir resolvendo o problema da direção revolucionária em cada país na sua forma particular, mas determinada pelo conteúdo geral internacionalista. Esse foi um processo que acabou sendo interrompido, e precisamente na própria URSS, onde a revolução triunfou, e onde se constituiu a maior trincheira do proletariado mundial, a URSS. Interrupção que se foi realizando, na medida em que o revisionismo do programa internacionalista se implantava e se fortalecia, em contraposição à fração revolucionária dirigida por Trotsky. O revisionismo estalinista levou à irreversível degeneração do Partido Bolchevique, de forma entrelaçada com a degeneração burocrática da ditadura do proletariado. Aonde vai levar esse processo? Vai levar à liquidação da III Internacional, em 1943, a partir de toda uma política de capitulação do estalinismo diante dos aliados imperialistas, na II Guerra Mundial. Vejam a importância desse processo. Nele, se foi configurando e instaurando uma crise de direção mundial sem precedentes. Essa crise mundial de direção poderia ser solucionada através da fundação da IV Internacional, em 1938. No entanto, a IV Internacional vai ser fundada nas condições mais terríveis de avanço das tendências contrarrevolucionárias mundiais, encabeçada justamente pela emersão dos EUA como potência hegemônica. A propósito, estamos vendo hoje que o imperialismo norte-americano caminha para o alargamento dos conflitos mundiais, impulsionando uma guerra mais generalizada, a partir da Ucrânia.

Chamamos a atenção para o significado histórico da crise de direção. É preciso compreendê-la para enfrentar a tarefa de construir os partidos revolucionários. Essa face do problema é de suma importância. É uma outra face do problema, que é histórica. Hoje, lutar para a construção do partido é lutar pela superação da crise de direção, que não é simplesmente nacional, é mundial, por isso que o Partido Operário Revolucionário se empenha em reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista. Nenhum comunista consequente pode pôr de lado a tarefa de reconstruir o partido mundial da revolução socialista. Constatamos que a II Internacional não chegou a fundar verdadeiramente um partido mundial, mas a III Internacional, dos Quatro Primeiros Congressos, liderados por Lênin e Trotsky, pôs em pé, pela primeira vez, um partido internacional, que tinha justamente a finalidade estratégica de desenvolver a revolução mundial, impulsionando as conquistas da Revolução Russa. Desde sempre, Lênin e Trotsky tinham claro que, se não avançasse a revolução mundial, a Revolução Russa corria o perigo de cair, sob os golpes da contrarrevolu-

ção. O revisionismo estalinista, apoiando nas forças restauracionistas do capitalismo, acabou sendo responsável histórico pela derrocada da URSS, em 1991, interrompeu-se a transição do capitalismo ao socialismo, iniciada na Revolução Russa e cristalizada na sua forma mais avançada, que era a URSS.

Esse é um lado da questão de grande importância: construir o partido-programa que tenha em sua base a experiência das revoluções e, em especial, que tenha em sua base a experiência das conquistas práticas e a teoria revolucionária da Revolução Russa. Não estou desprezando outras conquistas, mas concentrando o problema do partido em torno às conquistas do leninismo e trotskismo, do bolchevismo. Sem essa experiência, o POR não vê como, hoje, pôr em pé um partido revolucionário em qualquer parte do mundo. É por isso que nós vivemos em um quadro de estilhaçamento das correntes. As correntes de esquerda vivem um estilhaçamento incrível, que é a expressão mais profunda da crise de direção.

Como conclusão, a necessidade do partido é o grande problema hoje, porque a crise de direção é responsável pelo proletariado sofrer uma regressão organizativa, de consciência de classe e, inclusive, do ponto de vista da luta pelas necessidades mais elementares, haja vista a estatização, burocratização e liquidação da democracia operária nos sindicatos. É uma regressão em grande escala, e somente a luta pelo partido revolucionário poderá refletir as necessidades da classe operária, e superar o seu atraso revolucionário, superar a sua desorganização, e dar passos à frente na luta de classes, para estabelecer um curso em que se determine a luta pela tomada do poder, uma vez que o objetivo do partido revolucionário é o de destruir a ditadura de classe da burguesia e a constituição da ditadura de classe do proletariado, como uma forma de transição para a sociedade sem classes, para a sociedade onde o Estado seja extinto, através do desenvolvimento das forças produtivas socialistas. Acho que essas considerações sintetizam a minha primeira colocação sobre a necessidade do partido.”

Segundo bloco

“São várias as questões, e nosso tempo é muito restrito para comentar cada uma delas. Algumas exigem mais, outras menos. Por exemplo, a afirmação de que Lênin não criou um partido universal é uma forma de negar o leninismo, é uma forma de não compreender qual foi a grande contribuição, do ponto de vista da teoria do partido, de Lênin. Com Lênin, se desenvolve uma teoria do partido. O livro *O que fazer?* traz uma teoria do partido. E essa teoria do partido corresponde às leis gerais da revolução proletária. E essas leis exigem uma forma de partido, uma estrutura de partido, que corresponde certamente a determinadas particularidades nacionais. Mas, essas particularidades não contradizem ou não negam a teoria geral do partido leninista. Acho que essa é a confusão que se faz quando se fala que Lênin não criou um modelo universal de partido. Evidentemente, nem é possível criar um modelo universal de partido, mas isso não quer dizer que qualquer partido revolucionário que se construa em qualquer país não necessite da assimilação, da experiência e dos ensinamentos teóricos do bolchevismo e do leninismo. Essa foi uma colocação que me pareceu bastante equivocada.

Uma outra colocação também problemática é a que questiona se nós não estaríamos fazendo um fetiche do partido e da classe operária. Essa colocação é muito errada. E vejam que às vezes as pessoas fazem uma colocação genérica, e é difícil até entender o que elas estão pensando. Mas, no fundo, essa ideia também representa a negação do partido. É negar a necessidade em geral do

partido. A classe operária se constituiu enquanto classe no capitalismo. É por isso mesmo que, nas relações sociais anteriores, nos modos de produção anteriores, eram outras as classes. O proletariado é um produto genuíno da sociedade capitalista. É por isso que somente a classe operária é capaz de construir um partido, o seu partido, e é capaz de dirigir a maioria oprimida para tomar o poder do Estado. É o que a Revolução Russa comprovou.

O proletariado, como classe revolucionária, se distingue de outras classes oprimidas, como é o caso do camponês. O camponês é oprimido, vive na miséria, mas é uma classe ainda ligada à propriedade privada. Ou, então, a classe média urbana, que também tem certas relações com a propriedade. Então, o proletariado é a única classe que, por não ser proprietária, e viver somente da venda de sua força de trabalho, é a classe revolucionária por excelência. Inclusive, o POR toma o cuidado de não usar o termo “classe trabalhadora”, pois, é muito geral. O que existe são classes trabalhadoras, mas não classe trabalhadora. O proletariado é uma classe que tem a particularidade de ser a classe revolucionária, que vai transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, por isso tem de tomar o poder do Estado. E o partido é a condição histórica, não basta ser classe em confronto diário contra a miséria, contra a fome, contra o Estado burguês, contra a ditadura de classe da burguesia, não basta ela estar cotidianamente em situação antagônica aos seus exploradores. É necessário que essa situação antagônica se transforme em luta consciente, em luta programática, e esse é o papel do partido. Isso é o que Lênin denominou como vanguarda revolucionária. Por isso, o partido constitui-se em uma vanguarda revolucionária. E o mais difícil para construir o partido é formar quadros, que dominem o programa, que dominem a teoria. E quadros que se vinculem no interior da classe operária com o programa e a teoria revolucionária.

Esse é o grande problema histórico de construir o partido. Nós vivemos isso. O POR é um partido voltado a se construir na classe operária. Nós voltamos toda a nossa militância, mesmo aqueles militantes que estão inseridos no meio estudantil, têm de voltar-se para a classe operária, aqueles que estão vinculados ao movimento de professores, tem de se voltar para a classe operária. O partido como um todo tem de se construir no seio da classe operária. Então, essa ideia de que seria um fetichismo é uma forma de negar o partido.

(...)

A questão que o Sérgio Lessa coloca exigiria um tempo maior para a exposição. Por isso vou colocar de uma maneira que certamente vai ser um pouco mecânica, sobre essa questão de como o Partido Bolchevique vai enfrentar um grande problema, quando chega ao poder, que é como controlar a economia, e como desenvolver as forças produtivas embrionárias do socialismo. Justamente porque a revolução ocorreu em um país semifeudal, em um país atrasado, passa a depender imediatamente da revolução mundial. E o Partido Bolchevique, principalmente Lênin, tinha muito claro que esses eram limites que poderiam comprometer a própria revolução. Agora, a tarefa do partido que chegou ao poder era a de trabalhar firmemente na relação entre o desenvolvimento da economia nacionalizada, tanto no campo quanto na cidade, nas indústrias, nas minas, em conexão com a luta revolucionária mundial. Então, a possibilidade de a Revolução Russa ser vencida pela contrarrevolução internacional, se a revolução não se desenvolvesse em nenhum país adiantado, estava no entendimento do próprio programa da revolução. Lênin comenta isso claramente, Trotsky se apoia nessa compreensão marxista e demonstra que,

sem a revolução mundial, o Estado Operário, a URSS, poderia cair. Ela poderia inclusive cair por suas insuficiências, mas não foi esse o curso da história. O curso foi o pior que poderia ser. Foi o caminho da revisão estalinista, o caminho da burocratização do Estado Operário.

O companheiro se refere a essa “ditadura sobre o proletariado”, etc., que me parece um equívoco essa colocação, porque o problema estava em que a ditadura do proletariado se degenerou em uma ditadura burocrática. A classe operária foi alijada de sua tarefa principal, que era a de controlar o próprio poder do Estado. E, para isso, precisava controlar a economia. Dado o tremendo atraso da classe operária russa, e dado o fato de a classe operária ter travado uma guerra civil – na verdade, passou pela guerra mundial e pela guerra civil – na qual uma grande camada da vanguarda mais avançada do proletariado foi liquidada, outras camadas sociais da pequena burguesia e da própria burguesia ocuparam seu lugar no Estado e na vida econômica. Então, o atraso do proletariado russo foi um fator que muito pesou negativamente no processo de avançar as formas socialistas de produção. Então, havia uma análise muito clara, muito visível de que, se a revolução não ocorresse nos países adiantados, certamente haveria a possibilidade de a Revolução Russa ser liquidada pela contrarrevolução. Mas não foi por aí, não foi pela ação do imperialismo em uma guerra, por meio de uma ação externa – uma possibilidade factível, no marco da Segunda Guerra Mundial – que a URSS foi liquidada. A contrarrevolução se realizou na forma de Termidor no interior do próprio Estado Operário. Aí está nossa diferença de análise e de explicação desse fenômeno.

Se se aproveitar toda a experiência do bolchevismo, até mesmo quando Lênin ainda estava na direção com a saúde muito abalada, veremos que é imperativo compreender a sequência da luta de Trotsky contra o revisionismo estalinista. Ora, se não fosse essa cisão, e se não houvesse essa fração revolucionária dirigida por Trotsky, hoje não estaríamos sequer conseguindo debater a questão do partido nos termos das conquistas do bolchevismo. Porque justamente a compreensão do que foi a contrarrevolução, do que significou a interrupção da transição do capitalismo ao socialismo, quando caiu a URSS, e o processo de restauração capitalista avançou; se não se compreende esse sentido histórico, não se compreenderá que se trata tão-somente de uma etapa da história. Porque o capitalismo está em desintegração, o capitalismo já é um sistema arcaico, cuja fase imperialista é justamente a fase objetiva de transição ao socialismo. Logo, se não retomarmos as revoluções, prevalece a barbárie. E nós estamos diante de uma situação de barbárie, como a que se manifesta na guerra da Ucrânia. Então, essa seria uma colocação muito limitada sobre o que disse Lessa.

Limite minha exposição aqui, pois, são temas complexos, e às vezes em um debate, com tempo limitado, não podemos entrar em detalhes e particularidades que talvez fossem importantes na análise geral.

Quero concluir com um Viva aos 105 anos da Revolução Russa:

Um viva aos 105 anos da Revolução Russa!

Um viva ao Partido Bolchevique!

Um Viva à revolução mundial!

Um viva à luta pela emancipação de todos os trabalhadores pela via da revolução proletária!

105 anos da Revolução Russa (1917-2022)

São Paulo

PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR) REALISA O ATO-POLÍTICO DOS 105 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

Com a participação ativa de militantes e simpatizantes, ocorreu, no dia 6 de novembro, o ato-político em comemoração aos 105 anos da Revolução Russa. Para a atividade, foi elaborado um folheto, intitulado “Viva os 105 anos da Revolução Russa! Lutemos pela superação da crise de direção! Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!

Fizeram parte do Folheto, dois Manifestos: 1) “Viva os 105 anos da Revolução Russa!”; 2) “104 anos da Revolução Russa – Mais de um século de luta pela revolução mundial”. E dois documentos: 1) “Diante do 4º aniversário da Revolução de Outubro”, de Lênin; 2) “O 12º aniversário de Outubro”, de Trotsky.

O ato se iniciou com uma colocação política sobre a importância e vigência das lições da Revolução Russa, feita por Atilio de Castro. O camarada destacou os seguintes pontos:

- 1) A Revolução Russa teve uma importância fundamental desde o início da construção do Partido Operário Revolucionário (POR). Nenhum ano se passou sem que fizéssemos nossa homenagem à primeira revolução proletária vitoriosa. E, quando completou 100 anos, realizamos inúmeras atividades e participamos de debates, organizados por sindicatos e movimentos. Nessa ocasião, lançamos o livro “100 anos da Revolução Russa. Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional”. Nessa publicação, mostramos que a revolução de Outubro estremeceu os pilares do capitalismo mundial, embora tivesse ocorrido em um dos países mais atrasados da Europa. E ressaltamos o papel de Lênin como o estrategista da revolução, por expressar as tendências revolucionárias do proletariado, e por aplicar o socialismo científico de Marx e Engels, na fase do capitalismo imperialista;
- 2) A luta que se deu na Rússia foi para pôr fim à sociedade de classes. O capitalismo na fase última, a imperialista, alcançou a elevação mais avançada das forças produtivas, potenciando as contradições entre a produção social e a apropriação privada em benefício de uma minoria exploradora, elevando ao extremo a divisão social, entre os que pensam e os que fazem. A Revolução Russa expôs ao mundo a barbárie social, engendrada pela sociedade de classes. E abriu o caminho para a implantação de uma sociedade sem classes, a sociedade comunista;
- 3) A primeira revolução proletária foi a Comuna de Paris, em 1871. Lênin assimilou a experiência dessa revolução, erros e acertos, e, em particular, a compreensão de Marx sobre esse acontecimento histórico do proletariado francês. Assim, a Comuna de Paris abriu o caminho para a Revolução Russa;
- 4) A Revolução Russa de 1917 marca a época das revoluções, guerras e contrarrevoluções. Lênin criticou duramente os mencheviques e socialistas revolucionários que questionaram a tomada do poder pelo proletariado, em um país atrasado como a Rússia, ressaltando o lugar da classe operária mundial para pôr fim ao capitalismo. E evidenciou que a vitória definitiva da revolução de Outubro dependia do avanço das revoluções proletárias no mundo, em particular na Alemanha;
- 5) Cabe assinalar que a Revolução Russa sofreu um retrocesso, com a política burocrática de Stalin, que se opôs e combateu

o internacionalismo proletário. Esse desvio nacionalista aplaiou o caminho para as forças da contrarrevolução restauracionista. Atilio demonstrou o significado mais profundo do revisionismo estalinista, referindo-se à liquidação da III Internacional, em 1943. O processo de burocratização, deformação do Estado operário e decomposição do Partido Bolchevique foram os antecedentes mais importantes que conduziram à dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1991. A destruição da URSS serviu aos objetivos do imperialismo, de interromper a transição do capitalismo ao socialismo. Não se pode comemorar a Revolução Russa, sem entender e assimilar as experiências em seu conjunto, que envolvem, não apenas a grandiosidade da revolução, como também a hecatombe provocada pela contrarrevolução;

- 6) Hoje, a classe operária e demais oprimidos vivem uma profunda crise de direção. A guerra na Ucrânia trouxe à tona o quanto o proletariado se encontra desorganizado, para enfrentar a guerra de dominação;
- 7) O POR tem muito a aprender com a Revolução Russa e, fundamentalmente, com o Partido Bolchevique, que encabeçou e abriu o caminho para a marcha das revoluções proletárias. Tem, também, por outro lado, muito a aprender com a luta programática, teórica e principista da Oposição de Esquerda e da IV Internacional contra o estalinismo e as forças restauracionistas.

Em seguida, foram organizados os grupos para o estudo dos documentos do Folheto. Depois, em plenária, os grupos expuseram suas principais conclusões, e outras considerações foram feitas pelos participantes.

Depois, um militante da Comissão Operária expôs o conteúdo Boletim Nossa Classe, que será distribuído nos próximos quinze dias. Nessa breve exposição, explicitou a Política Operária, que abre o Boletim, com o chamado: “A classe operária e demais trabalhadores devem confiar em suas próprias forças”. E as campanhas em defesa dos empregos na GM, Mercedes e Volks. Concluiu com a nota sobre a necessidade de formação e organização das oposições sindicais, para expulsar dos sindicatos os traidores da classe operária.

No mesmo sentido, foi exposto sinteticamente o conteúdo do Folheto sobre o Congresso do Sinpeem. O camarada assinalou a importância de o POR comparecer organizado e preparado para enfrentar a burocracia sindical. O folheto, portanto, refletiu a ação política do partido em um importante sindicato de São Paulo.

Um dos camaradas se colocou de pé para declamar um poema elaborado por ele em torno às eleições, à defesa do voto nulo e a luta pela independência de classe dos explorados. Em seguida, passou a declamar uma homenagem à Revolução Russa, sendo muito aplaudido.

Para encerrar o ato-político, os presentes se puseram de pé e um camarada fez a leitura do Manifesto dos 105 anos da Revolução Russa. De punhos erguidos, os presentes fizeram a saudação coletiva, com “Viva os 105 anos da Revolução de Outubro de 1917! Lutemos pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!”

Nesta edição:

- **Manifesto:** Viva os 105 anos da Revolução Russa!
- **CERQUI:** Campanha em defesa da liberdade de organização, manifestação e expressão sindicais e políticas.
- **Bolívia:** Federação dos Professores Urbanos de Cochabamba se pronuncia em favor de Rodrigo Echalar Amorós.
- **Argentina:** Miséria da burocracia da CGT: só pensam nos cargos para as próximas eleições.
- **Lênin:** O problema da paz.

**Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Manifesto do POR

Viva os 105 anos da Revolução Russa!

25 de outubro de 2022

A tomada do poder pela classe operária e a expropriação da burguesia iniciaram a transição para o socialismo, na época imperialista do capitalismo em decomposição. A derrocada da burguesia e a ascensão do proletariado expressaram concretamente as leis históricas de esgotamento do modo de produção e da necessidade de sua transformação.

O capitalismo é a última e a mais avançada sociedade de classes. As suas forças produtivas alcançaram um alto desenvolvimento, depois de séculos de existência na forma capitalista, baseada na exploração do trabalho da grande maioria da população mundial por uma minoria, que constitui a classe burguesa. Desde o despontar do capitalismo, o proletariado, na condição de esteio da produção social, encarnou a luta de classes contra a exploração do trabalho, a pobreza, a miséria e a fome. Eis por que se constituiu como a classe revolucionária capaz de lutar, não apenas em defesa das condições de existência da força de trabalho, como também, e principalmente, pela transformação histórica do capitalismo em comunismo, ou seja, em uma sociedade mundial sem classes.

Marx e Engels, na segunda metade do século XIX, compreenderam cientificamente as leis das transformações históricas e estabeleceram a teoria, a concepção e o programa das revoluções proletárias, socialistas, como ponto de partida para um longo processo de superação da sociedade de classes. Reconheceram a necessidade da constituição dos partidos revolucionários. Empenharam-se em criar o primeiro partido rigorosamente constituído sobre a base de um programa e teoria, capazes de potenciar a luta de classes em favor da maioria oprimida, e criar as condições históricas para a derrocada do poder da burguesia.

O "Manifesto do Partido Comunista", apesar de formulado há 174 anos, continua vigente, no que corresponde às leis

históricas das transformações, à concepção, ao método e aos objetivos fundamentais da luta do proletariado para alcançar a sociedade sem exploradores e explorados. Marx e Engels puderam participar da edificação da I Internacional, e vivenciar a primeira revolução proletária, que emergiu na forma da Comuna de Paris. Há um entrelaçamento das experiências de construção da I Internacional – embrião de um Partido Mundial da Revolução Socialista – e a luta do proletariado pelo poder, que se concretizou nos combates que levaram à Comuna de Paris. Apesar da breve existência da Comuna, e da impossibilidade de se manter a I Internacional, ambas as obras do proletariado estabeleceram um marco histórico do desenvolvimento da luta de classes e do programa da revolução socialista, consubstanciado pelo Manifesto do Partido Comunista.

Essa breve constatação e demonstração de que as premissas das revoluções proletárias foram reconhecidas e assentadas por Marx e Engels, quando ainda o capitalismo se encontrava na sua fase liberal e pré-monopolista, cumpre o objetivo, neste Manifesto dos 105 anos da Revolução Russa, de assinalar o vínculo dos acontecimentos de 25 de outubro de 1917, quando a classe operária tomou o poder na Rússia, com os antecedentes revolucionários da segunda metade do século XIX.

A Comuna de Paris se gestou em condições materiais e subjetivas pouco amadurecidas para se sustentar. Mas, deixou uma experiência valiosa para o desenvolvimento do socialismo científico, que foi plenamente assimilado pelos revolucionários russos, tendo à frente Lênin, e que se tornou fundamental para a elaboração da concepção, do programa, do método e da tática, que permitiram ao proletariado impor à burguesia mundial e ao imperialismo a primeira revolução socialista vitoriosa. A organização e a democracia soviéticas, com a qual e sobre a

qual o proletariado, em aliança com os camponeses, tomou o poder, e fundou o Estado socialista, expuseram as capacidades criadoras dos explorados, que emergem nas condições revolucionárias. Mas, também expuseram o quanto é necessário o partido para potenciar as capacidades criadoras das massas, combater os desvios dos adversários da revolução e utilizá-las para derrotar as forças da contrarrevolução.

Somente o partido marxista possui a teoria científica do Estado, cuja demonstração prática, necessária para a revolução socialista, pôde ser realizada por Marx e Engels, principalmente, diante da experiência da Comuna de Paris. Trata-se da estratégia programática da ditadura do proletariado e do método da guerra civil. As etapas e os elos do processo da revolução proletária na Rússia comprovam que, sem o partido, que se guia pela aplicação do programa, não era possível tomar o poder no momento certo, conservá-lo diante da contrarrevolução, e iniciar a reconstrução econômica sobre as novas bases sociais.

A revolução democrático-burguesa de fevereiro, que deu lugar ao governo provisório, se mostrou impotente, e, portanto, incapaz de resolver as tarefas democráticas da Rússia semifeudal e czarista. Tarefas, como libertar os camponeses do servilismo, acabar com a opressão nacional e responder à Guerra Mundial com uma posição proletária, que há três anos arruinava a Europa e, em particular, a Rússia, somente puderam ser encarnadas pelo programa e pela ação revolucionária dos bolcheviques. As terras foram nacionalizadas, o direito de separação pacífica foi facultado aos povos oprimidos, a autodeterminação passou a ser aplicada, e uma posição de paz sem anexação veio ao encontro da vontade e dos interesses dos explorados, dos povos e das nações oprimidas.

O triunfo da Revolução de Outubro e a consolidação do poder proletário e camponês, sob a direção do partido bolchevique, deu lugar a uma das maiores conquistas da luta revolucionária pelo socialismo, que foi a edificação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1922. A Guerra Mundial havia concluído, e a guerra civil vencida em favor da revolução.

Com a criação da URSS, se rompia de vez um dos elos mais fracos da cadeia mundial do capitalismo, no dizer do próprio Lênin. Os objetivos de tomar o poder, expropriar a burguesia, estatizar e nacionalizar os meios de produção haviam sido alcançados. Mas, o mais difícil estava por vir: como desenvolver as relações socialistas de produção e distribuição, já que a revolução tão somente iniciava a transição do capitalismo ao socialismo, tendo em conta o fato de que a Rússia se mantinha em profundo atraso econômico e social, em relação às potências imperialistas. Havia que reorganizar as relações econômicas e de classes, perseguindo o objetivo histórico da sociedade comunista. O que não poderia ser alcançado sem a revolução nos países adiantados, no caso mais próximo e viável, a revolução alemã. Uma vez derrotadas as revoluções de 1918 e de 1923, cresceriam as dificuldades internas, e o imperialismo se encontraria em melhores condições para recrudescer o cerco à URSS.

As diretrizes econômico-sociais adotadas pelo poder soviético compareciam como vitais, mas por si só eram limitadas, e tendiam a entrar em contradição com a necessidade de superar o enorme peso do atraso da Rússia herdado pela revolução e pela URSS. Sem a presença e a direção de Lênin, a



O triunfo da Revolução de Outubro e a consolidação do poder proletário e camponês, sob a direção do partido bolchevique, deu lugar a uma das maiores conquistas da luta revolucionária pelo socialismo, que foi a edificação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1922. A Guerra Mundial havia concluído, e a guerra civil vencida em favor da revolução.

partir de 1924, abriu-se o caminho para a constituição de uma casta burocrática no seio do Estado operário. O revisionismo estalinista do programa internacionalista do bolchevismo e da III Internacional se encarregaria de impulsionar as forças internas restauracionistas e abrir ao imperialismo as válvulas de pressão contra a existência da URSS. A Oposição de Esquerda, organizada e dirigida por Trotsky, foi violentamente golpeada pela ditadura burocrática comandada por Stalin. No período de 1924 a 1940, o estalinismo e o leninismo-trotskismo travaram um combate de vida e morte, em torno à contrarrevolução restauracionista e à continuidade da luta internacionalista pelo fortalecimento da URSS e da III Internacional, e pelo avanço da revolução mundial. A construção da IV Internacional, diante da decomposição da III Internacional, se mostrou tão necessária quanto foi a constituição da III Internacional, diante da degeneração social-chovinista da II Internacional.

É nesse percurso de luta pela regeneração do Estado Operário, de defesa da URSS, de recuperação do partido bolchevique e de reorganização da III Internacional que marxismo-leninismo tem sua continuidade sob a direção de Trotsky. Não se pode desvincular, em hipótese alguma, a Revolução de Outubro do percurso contraditório e profundamente conflituoso de sua construção econômica e de transformação das relações de classe, bem como das várias etapas do cerco imperialista às conquistas da revolução, das traições e das derrotas catastróficas sofridas pelo proletariado mundial.

A URSS foi edificada nas condições da Primeira Guerra Mundial, atravessou a Segunda Guerra, e veio a se desintegrar

quarenta e seis anos após o seu fim, em dezembro de 1991. Foi sendo corroída gradativamente pelo processo de restauração, com avanços e recuos, até o momento em que a contrarrevolução assestou o golpe fatal, desmoronando os seus alicerces originados e erguidos pela Revolução de Outubro.

A recuperação pelo imperialismo do terreno perdido para a revolução russa em particular, e pelas demais revoluções proletárias em geral, é, no entanto, historicamente provisória. O capitalismo sobrevive mergulhado nas mais profundas contradições econômicas, sociais, culturais e morais, desde que entrou na sua fase última de desenvolvimento, que é a do imperialismo. Com todo seu avanço industrial, tecnológico e produtivo, não fez senão aumentar a polarização entre riqueza da minoria e pobreza e miséria da maioria, entre um punhado de potências e o restante do mundo formado por países semicoloniais, atrasados e necessitados dos mais elementares progressos alcançados pelas forças produtivas capitalistas. Nenhuma das vitórias da burguesia contra as conquistas do proletariado poderá alterar a condição histórica de transição do capitalismo ao socialismo. Não poderá superar o fato de que a Revolução Russa iniciou a era das revoluções proletárias. Evidentemente, essa era de avanços e recuos nas transformações históricas está marcada pela fase última do desenvolvimento do capitalismo imperialista, que é de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

A particularidade do presente momento se evidencia na contradição entre a profunda decomposição do capitalismo, o avanço da restauração capitalista, os retrocessos nas conquistas revolucionárias do proletariado e na profunda crise de direção. A liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas representa o que há de mais trágico no caminho da luta dos explorados por sua emancipação, pelo avanço da transição do capitalismo ao socialismo, e pela construção da sociedade mundial sem classes, o comunismo. O fundamental dessa situação de regressão se encontra na crise de direção. A contrarrevolução estalinista liquidou o partido bolchevique, acabou com a III Internacional, promoveu inúmeras traições, contribuiu para a derrota das revoluções em curso, combateu à morte a IV Internacional, e levou à destruição da URSS. Esse conjunto de experiências faz parte dos 105 anos da Revolução Russa. A luta da vanguarda com consciência de classe para resolver a crise de direção exige,

portanto, que se estude, se assimile, se incorpore no programa, e se aplique o que há de essencial no percurso das guerras, revoluções e contrarrevoluções. Nesse exato momento, há oito meses, se mantém uma guerra que devasta a Ucrânia, coloca o seu desmembramento, e ameaça transbordar para um conflito mais generalizado. Não há como deixar de procurar suas raízes na avançada decomposição da ordem capitalista do pós-Segunda Guerra Mundial, no processo de restauração capitalista, que desmoronou a URSS, e nas necessidades imperiosas dos Estados Unidos manterem a sua absoluta hegemonia. Não por acaso, o imperialismo norte-americano ameaça desencadear um confronto militar justamente contra a Rússia e a China, que deram lugar as duas mais importantes revoluções proletárias do século passado. A guerra na Ucrânia indica concretamente esse caminho.



A particularidade do presente momento se evidencia na contradição entre a profunda decomposição do capitalismo, o avanço da restauração capitalista, os retrocessos nas conquistas revolucionárias do proletariado e na profunda crise de direção.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) vem alertando para esse perigo, que lembra situações de pré-guerra mundial. É nessas condições que a Revolução de Outubro de 1917 vem à tona, como a mais avançada trincheira do proletariado mundial, em sua luta contra a barbárie capitalista e pela sociedade sem classes, o comunismo. É nessas condições que vem à tona a URSS, que deu os primeiros passos em favor da libertação dos povos oprimidos e do real direito à autodeterminação. É nessas condições que vem à tona a democracia mais avançadas que a história já conheceu, que é a soviética. É nessas condições que vem à tona a luta de classes do proletariado para realizar a transição do capitalismo ao socialismo. É nessas condições que vem à tona o programa internacionalista das revoluções proletárias. É nessas condições que vem à tona a estratégia da Revolução Russa e do partido marxista-leninista-trotskista de luta unificada do proletariado pelos Estados Unidos Socialistas da Europa e do Mundo.

É nesse sentido que o Partido Operário Revolucionário, mais uma vez, entre tantas, comemora o aniversário da Revolução Russa, como parte da luta cotidiana pela superação da crise de direção.

Viva os 105 anos da Revolução de Outubro de 1917!

Lutemos pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Campanha em defesa da liberdade de organização, manifestação e expressão sindicais e políticas

O Partido Operário Revolucionário (POR), seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) chama os sindicatos, as centrais, os movimentos e as correntes políticas que se reivindicam da luta democrática e do combate a toda forma de opressão de classe que recai sobre os trabalhadores, bem como do combate

em defesa da liberdade de organização, expressão e manifestação sindical, a se colocarem contra a perseguição política e a repressão judicial desfechadas pelo governo da Bolívia contra o dirigente da Central Operária Departamental de Chuquisaca, Rodrigo Echalar Amoros.

Abaixo, publicamos a Carta Aberta do dirigente Rodrigo Echalar Amoros,

em sua defesa e em defesa do conjunto dos trabalhadores que sofrem todo tipo de perseguição.

Com base nessa Carta Aberta, chamamos as organizações sindicais e políticas dos trabalhadores a defenderem Rodrigo e a protestarem contra a repressão que viola o direito de livre manifestação sindical.

Moção

Em defesa da liberdade de organização, manifestação e expressão sindicais e políticas, nos dirigimos ao governo da Bolívia, exigindo o fim do processo criminal contra Rodrigo Echalar Amoros, dirigente da Central Operária Departamental de Chuquisaca.

Bolívia

Comunicado à Opinião Pública, aos Explorados e Oprimidos Não permitir que o governo encarcere ao dirigente da Central Operária Departamental de Chuquisaca, Rodrigo Echalar Amoros

Neste momento, a atenção de toda a população está direcionada a ver como se resolve a criminosa e mesquinha disputa politiqueria entre o governo do MAS e o civismo racista santacruzenho, capitaneado pelo fascista Camacho, em torno à data de realização do CENSO; uma disputa imbecil e miserável, porque qualquer um, com um mínimo de sensatez, sabe que o censo não resolverá nada, não mudará de modo algum a condição de atraso do país, nem a miséria generalizada, nem a falta de empregos, nem o entreguismo dos nossos recursos naturais ao saque das multinacionais.

Porém, aproveitando-se desta situação, covardemente, o MAS de Chuquisaca, através de sua podre justiça, intimou o camarada Rodrigo Echalar Amoros a se apresentar nos escritórios da “Promotoria Especializada de Delitos Anticorrupção, Legitimação de Ganhos Ilícitos, Alfandegários e Tributários” da cidade de Sucre (Rua Quilómetro 7, nº 282) a prestar declaração informativa no processo penal aberto contra ele, acusado

de “atribuir-se os direitos do povo, conspiração, atentado contra o presidente, outros mandatários do estado e instigação pública a delinquir”, pelos acontecimentos de outubro de 2019, esta sexta-feira, 4 de novembro, às 9 h.

Vivam os dirigentes revolucionários que não se vendem ao governo, nem se somam aos movimentos conspiratórios de facho Camacho e à velha direita racista!

Abaixo a perseguição política masista!

Viva a independência política e sindical!

Respeito ao foro sindical que protege Rodrigo como membro da cod chuquisaca!

Publicamos na página seguinte, por extenso, a resposta de Rodrigo Echalar

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“ Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Desde o banco dos acusados, eu por minha vez acuso!

CARTA ABERTA AOS TRABALHADORES E AO POVO EXPLORADO

Rodrigo Echalar Amorós

A acusação:

O governo do MAS, utilizando seus lacaios, abriu um processo penal contra mim, onde me acusa de atribuir-me os direitos do povo, conspiração, atentado contra o presidente, outros mandatários do Estado, e instigação pública a delinquir. Este processo tem o objetivo imediato de me encarcerar, para me anular como dirigente; mas, seu verdadeiro objetivo é orientado a liquidar qualquer voz contestatória, rebelde às políticas antioperárias e antipopulares do governo e da classe dominante. A perseguição política busca criminalizar o protesto, pisotear o foro sindical, e silenciar os sindicatos e organizações populares, que conservam sua independência política perante o oficialismo e a oposição, quer dizer, este é um ataque direto não a uma pessoa, mas, às organizações sindicais e às ideias que guiaram suas lutas nos últimos anos.

Ao mesmo tempo, os compinchas do governo iniciaram um processo sindical manipulado contra mim e contra toda a diretoria que encabecei na Federação do Magistério Urbano, com a finalidade de cassar nossos direitos sindicais, para nos impedir de continuar como dirigentes, dessa forma pretendem estrangular a combativa Federação do Magistério, e colocá-la à mercê do oficialismo. Todas as frentes opositoras se venderam ao MAS e, em coro, repetem a guerra suja que o oficialismo patrocina; desta forma, pretendem conseguir o que não puderam fazer nas eleições do magistério, afastar a tendência revolucionária da direção da Federação.

Estes dois processos são parte da perseguição política do governo contra nós. O primeiro, busca privar-nos de nossa liberdade, e o segundo, a nossa condição de dirigente sindical, para anular nosso foro sindical e facilitar nosso encarceramento.

O que na verdade aconteceu:

O MAS inventou a teoria do “golpe de Estado” para esconder o que realmente aconteceu em 2019, que não foi outra coisa que uma rebelião popular contra um governo incapaz de transformar o país, e de atender às necessidades mais urgentes da população.

Durante anos, diferentes setores populares se foram desiludindo do MAS, e seu mal chamado “processo de mudança”, e constataram, na própria carne, que o governo de Evo Morales não era diferente dos governos neoliberais e vende pátrias do passado. As mobilizações contra as políticas antipopulares do governo começaram a estourar, exigindo respeito às suas conquistas e atenção às suas necessidades. No início, como não podia ser diferente, estas mobilizações eram setoriais, motivo pelo qual eram facilmente isoladas, e o governo podia desarmá-las, perseguir seus dirigentes ou criar organizações paralelas. Mas, o governo do MAS, empurrado pela crise econômica,

começou a intensificar suas políticas entreguistas e antipopulares, o que levou ao crescimento das mobilizações em quantidade e intensidade, chegando em momentos a generalizar-se, como aconteceu em 2010, contra a alta dos combustíveis, e em 2018, contra o código penal.

O que aconteceu em 2019 foi o ponto culminante de um processo longo de acumulação do mal-estar crescente na população contra a incapacidade do governo. Este processo finalmente estourou com a constatação da fraude eleitoral, perpetrada pelo governo, para permanecer indefinidamente no poder.

O governo, ao negar a rebelião popular, pretende esconder sua incapacidade e seu servilismo à burguesia nacional e multinacional. E a oposição, fazendo o jogo do MAS, pretende semear a teoria de que a queda do MAS foi produto exclusivo da fraude, negando também todo o processo prévio, pois, tampouco quer admitir que o povo se rebelou contra as políticas de direita do MAS, que são também bandeiras da oposição.

Não houve nenhum golpe de Estado, mas uma genuína rebelião popular contra um mal governo. E se a polícia e o exército se somaram ao conflito foi pela pressão da população, que terminou anulando a capacidade repressiva do Estado. Não há que esquecer que, em 2012, houve motins policiais, exigindo melhorias nas suas condições trabalhistas e salariais, e que, em 2014, os sargentos e suboficiais do exército protestaram, exigindo reformas no interior das Forças Armadas, e para acabar com a discriminação. Ambos os protestos foram duramente reprimidos pelo governo; mas não conseguiu anular o mal-estar subterrâneo, que foi crescendo entre os uniformados de baixa patente, que, por sua forma de vida, estão muito próximos à miséria das grandes massas de explorados, e muito longe dos privilégios dos altos comandantes. Este também foi um elemento muito importante na rebelião popular de 2019, e que não tem nada a ver com os acordos que fez a cúpula militar e policial com os altos caciques do MAS e a oposição, para constituir o governo de transição.

O governo também utiliza a teoria do golpe para colocar no mesmo saco todos os que pensam diferente ou se mobilizam contra ele. Pretende esconder as diferenças abissais que existiam entre os atores que disputavam a direção da rebelião de 2019. Seu objetivo é claro, busca polarizar a opinião pública nacional e internacional num falso dilema, que coloca: se não se está com o governo do MAS, supostamente de “esquerda e progressista”, então se está com a Velha Direita, racista e golpista. Em síntese, aos trabalhadores e ao povo não lhes resta alternativa que fechar a boca, e não molestar o governo com reivindicações, nem mobilizações, pois, do contrário, estariam preparando o caminho para um “novo golpe”, e desestabilizando o governo. Este é um falso dilema, que só busca que os esfomeados não reclamem seu pão, e que os trabalhadores não

exijam o respeito a seus direitos, pois, imediatamente, serão acusados de “golpistas”.

Os trabalhadores e o povo chuquisaqueño temos demonstrado que existe uma terceira bandeira, independente da nova direita masista, e da velha direita racista, uma terceira opção que, desde a política da classe operária, defende a unidade do povo, em torno a uma plataforma de luta com um claro conteúdo anti-imperialista e oposto à política da classe dominante. Esta tendência se expressa claramente nas resoluções e pronunciamentos do Magistério Urbano, da COD e do Comitê Cívico de Chuquisaca dos últimos anos. Eu, como trotskista, decisivamente me coloco nesta terceira tendência e, a todo momento, defendi e impulsionei a independência política e sindical, e, por essa razão, ganhei os ataques dos politiqueros do MAS e da oposição, que não duvidaram em me caluniar e me ameaçar, e que em santa aliança deflagraram uma guerra suja contra mim e contra as organizações que represento, com o único objetivo de liquidar a direção revolucionária, que é o obstáculo principal, impedindo que as principais organizações chuquisaqueñas caiam nas suas garras.

Quando me encontrava como presidente do Comitê Cívico de Chuquisaca, combati incansavelmente contra as intenções do governo e da oposição, de apoderar-se da instituição cívica e submetê-la aos seus interesses. Esta tarefa não teria sido possível, sem o apoio de muitos dirigentes independentes e, principalmente, sem o apoio decisivo das bases das diferentes organizações chuquisaqueñas, que muitas vezes obrigaram seus dirigentes a se submeter à vontade da maioria. Isto permitiu que se organizassem gigantescas mobilizações e cabildos, por exemplo, na rejeição do Código Penal, na defesa de Incahuasi e, evidentemente, na rebelião popular de 2019, onde a bandeira da independência ganhou presença em todo o país, com a realização do Cabildo Nacional e a Caravana do Sul, que expressaram as tendências mais radicais do conflito, sob a consigna de: nem Evo, nem Mesa, nem o fascista Camacho! Portanto, é completamente falsa a acusação de que estejamos vinculados à velha direita oportunista. Mais ainda, em Sucre, todos sabem que, devido à nossa recusa em nos vincularmos à oposição e às lojas do Comitê Cívico de Santa Cruz, no momento, fui ignorado pelos grupos da direita, que chegaram a falsificar um documento com minha suposta renúncia ao Comitê Cívico, no meio do conflito. Quando vários setores camponeses reagiram legitimamente contra a presença dos fascistas no novo governo de transição, que além disso haviam queimado a whipala, a Caravana do Sul decidiu frear sua marcha a La Paz, para evitar confrontar-se com eles, pois, tampouco estávamos de acordo com a presença da Añez e Camacho no poder, e nossa luta era contra o governo burguês do MAS, e não contra os irmãos camponeses.

É inegável que a tendência que representávamos se apoiou, em Chuquisaca, nos setores operários e de trabalhadores, o que permitiu combater efetivamente – durante a primeira fase da mobilização – a pressão dos grupos da velha direita, que buscavam capturar a direção do Comitê Cívico. Porém, em nível nacional, a debilidade do movimento operário, que não conseguiu se levantar com suas próprias bandeiras, permitiu que, na classe média, acabassem se impondo as tendências direitistas, graças à grande campanha midiática que recebeu

Camacho que, nessa altura, já contava com o respaldo dos grandes empresários e multinacionais. Estas, que até a véspera haviam apoiado Evo Morales, porém, perante a evidência que este já não podia conter o conflito, decidiram buscar um novo candidato para defender seus interesses. A isto se somou a traição de Pumari que, rompendo o Bloco Cívico do Sul, se alinhou com Camacho, antecipando dessa forma o que seriam suas futuras candidaturas.

Diante da evidência de que o conflito era inevitável, aflorou entre os dirigentes o oportunismo mais descarado. Huarachi pessoalmente se juntou ao pedido de renúncia do governo. Masistas e opositores deram-se as mãos, para assegurar a saída de Evo do país, e repartirem as cotas de poder, no novo governo de transição. Em Chuquisaca, a situação não foi diferente, pois, a velha e a nova direita tinham se dividido, a “torto e a direita”. Da minha parte, renunciei à presidência do CODEINCA, uma vez que, nem eu, nem o povo, tínhamos lutado para servir de escada política para os politiqueros oportunistas. Dessa forma, saímos do conflito sem sujar nossa honra revolucionária, nem trair as nossas bases.

O que acontece agora:

Agora, se repete novamente o processo. Outra vez, afloram os conflitos dos diferentes setores, diante da incapacidade do governo; mas existem marcadas diferenças com o período anterior: primeiro, o MAS está profundamente dividido, pela ganância de poder e franco confronto entre os blocos que se conformaram em seu interior; segundo, a crise econômica se aprofunda, e obriga o governo a acentuar sua política de descarregar todo seu peso nas costas dos trabalhadores e da maioria do país; terceiro, o povo tem fresca em sua memória a lembrança do que foi o desastroso governo da velha direita, encabeçado por Añez, e sabe que a única coisa que interessa aos direitistas é chegar ao poder, mas que, quando lá estiverem, não farão diferente do que fez o MAS; quarto, o proletariado está dando os primeiros indícios de que está levantando a cabeça, e iniciando o reencontro com sua tradição revolucionária, o que lhe permitirá, no futuro, varrer a burocracia sindical, e retomar seu papel de liderança nacional.

Neste cenário, o governo, pressionado pela crise e a falta de dinheiro, tenta enfiar suas sujas mãos no bolso dos trabalhadores com a gestora pública, o DS 4783 e a destruição da Caixa Nacional de Saúde. Apoiado em sua política patronal, está destruindo as conquistas trabalhistas dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, ataca a economia familiar, reduzindo o orçamento das diferentes regiões e municípios, impossibilitando desta forma o atendimento às necessidades da população nas questões de trabalho, saúde e educação.

Tudo isto provoca a reação dos diferentes setores que intensificam as mobilizações. Então, o governo, enfraquecido e sem apoio popular, acentua seus traços fascistas e repressivos, para tentar cortar pela raiz qualquer possibilidade de uma nova rebelião popular, por isso é que monta processos contra os dirigentes, criminaliza o protesto e pisoteia os direitos sindicais. Desta maneira, busca liquidar as organizações que se rebelam ou se independizam do seu controle. Nesse marco, arremeteu contra os dirigentes do magistério de Cochabamba, La Paz e Potosí. Encarcera os dirigentes dos cocaleiros dos Yungas e,

agora, busca processar sindicalmente os mineiros que se rebelaram contra a burocracia sindical. De todos esses casos, o que mostra com maior clareza o caminho a seguir é o do magistério de La Paz que, recorrendo à ação direta, conseguiu a liberdade dos seus dirigentes e o reconhecimento de sua Federação, conseguindo, além disso, o apoio de várias organizações em nível nacional, preservando a todo momento sua diferenciação com as mobilizações impulsionadas pela velha direita.

O processo contra mim é na verdade um ataque à independência política da Federação do Magistério Urbano, da Central Operária Departamental, do Comitê Interinstitucional, e de todas as organizações que congregam estes entes matrizes. É um ataque à possibilidade futura da política revolucionária da classe operária voltar a ser a vanguarda deste país, e de afastar dos sindicatos, das federações, das CODs e das CORs, a burocracia masista.

Se o governo acredita que, com a repressão, conseguirá nos silenciar, se equivocou. Não temos medo dos tribunais, nem do cárcere. Nós, revolucionários, nos temperamos na luta e, se nos liquidam, outros ocuparão nosso lugar, e encabeçarão a rebelião, que acertará contas com as classes dominantes e seus governos servis, que hoje destroem as condições de vida da maioria para garantir os interesses da minoria, dos ricos e poderosos.

A contra-acusação:

Desde o banco de acusados, eu por minha vez, acuso o governo pelos delitos contra os trabalhadores e a maioria explorada:

- *Por ter mentido ao povo com seu falso processo de mudanças.*
- *Por se disfarçar de esquerdista quando na verdade é a nova direita.*

Campanha contra a perseguição

- *Por ser um governo vende pátria, que mantém o entreguismo, e por abandonar as empresas estatais.*
- *Por manter a submissão do nosso país aos interesses do imperialismo, e aumentar nosso endividamento.*
- *Por ser um governo antioperário, que destrói as conquistas dos trabalhadores.*
- *Por corromper e burocratizar os sindicatos, destruindo a democracia sindical e a independência política de nossas organizações.*
- *Por pisotear as ilusões dos povos indígenas, aprofundar a destruição dos seus territórios, e negar-lhes o direito à autodeterminação.*
- *Por aprofundar a destruição da educação única, pública e gratuita, e provocar a queda da qualidade educativa.*
- *Por não garantir o acesso das massas empobrecidas ao trabalho, à saúde e aos serviços básicos.*

Por último, faço um chamado ao magistério, às organizações sindicais e ao povo em geral, a manifestar-se pelo repúdio à perseguição política contra os dirigentes revolucionários, e a mobilizar-se para frear a política repressiva do governo.

Somos conscientes de termos nos entregado por completo à causa revolucionária e à luta pelas bandeiras do proletariado. Nosso destino pessoal está estreitamente ligado ao destino da classe operária e do povo explorado, a seus triunfos e a suas derrotas. Temos clareza de que somente poderemos nos livrar da perseguição política e do perigo da repressão fascista, na medida em que a classe operária se levante, retome seu papel de vanguarda da nação oprimida, e consiga colocar em pé seu próprio governo, o governo de operários e camponeses. Enquanto isso não ocorrer, continuaremos atolados no lodo da briga entre a velha direita e a nova direita masista.

Sucre, 2 de novembro de 2022

Viva a independência política e sindical!

Campanha do POR- Brasil

Reproduzimos a moção que já foram assinadas pela CSP-Conlutas e seus sindicatos; Associação Municipal dos Assistentes de Gestão de Políticas Públicas e Agentes de Apoio de São Paulo – AMAASP; Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINDSIFPE do Sinasefe; Sindicatos dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região – SINDPROL-ADUEL; Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia, Região da Mata (SINTER0), Sindicato dos Professores de Rondônia (SINDPROF); Associação dos Professores da PRC-São Paulo; Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal –SP; Sindicato Docente ADCAC; Sindicato dos Trabalhadores da Educação- Rio Grande do Norte; Sindicato dos Bancários- Rio Grande do Norte; SINDSEGUR- Rio Grande do Norte; Sindicato dos Trabalhadores da Saúde- Rio Grande do Norte; Sindicato dos Professores Estaduais de São Paulo (Apeoesp)-, sedes Lapa, Mauá, São Miguel, Mogi das Cruzes, Salto; GOI – Grupo Operário Internacionalista e Jornal Palavra Operária;

Moção

Em defesa da liberdade política e sindical

A Apeoesp-oeste Lapa se coloca contra a perseguição política e o processo criminal ao dirigente da Central Operária Departamental de Chuquisaca (COD), Rodrigo Echalar Amorós, instaurados pelo atual governo da Bolívia, sob a alegação de dirigir as mobilizações em 2019.

É nosso dever se colocar contra todo tipo de repressão que recaia sobre os dirigentes sindicais e políticos, que organizam e encabeçam a luta em defesa das reivindicações dos explorados. É nosso dever defender a independência sindical e as liberdades democráticas. Nesse sentido, solicitamos que o governo boliviano retire o processo criminal, que aponta a prisão para Rodrigo Echalar Amorós.

***Pela liberdade de organização e
obilização política e sindical
Nenhuma punição aos lutadores!***

Federação dos Professores Urbanos de Cochabamba se pronuncia em favor de Rodrigo Echalar Amorós

Pronunciamento

O colega Rodrigo Echalar Amorós foi notificado para comparecer a uma audiência de instrução no Ministério Público da cidade de Sucre, dentro de um processo criminal aberto contra ele, acusado de “atribuir direitos do povo, conspiração, atentado contra o presidente e outros agentes do Estado, e incitação pública à prática de um crime”. Diante desse fato, que revela uma inegável perseguição política por parte do governo, que – todos os dias – se desnuda como francamente fascista, contra um líder que levantou bem alto as bandeiras da independência política e ideológica das organizações sindicais e sociais, a Federação Departamental dos Trabalhadores da Educação Urbana de Cochabamba se manifesta e denuncia:

Que, aproveitando a atenção nacional que visa a ver como se resolve o conflito criminoso entre o governo do MAS e a direita racista de Santa Cruz na data do censo, condenando os setores mais pobres da população a uma miséria insuportável, total insegurança diante da invasão de organizações interculturais, camponesas e sociais, controladas pelo governo à frente da polícia nacional, o governo intensifica sua perseguição política contra o colega Rodrigo Echalar.

Que, devido às acusações inventadas pela promotoria para fundamentar o processo, revela a clara intenção do partido no poder, de prender o colega Echalar por vários anos, privando-o não apenas de seu direito à liberdade, mas também de anulá-lo de sua condição de um combatente convicto contra um sistema social decadente, contra os governos da época que fazem o sujo papel de servos do imperialismo...

Que, pretendem turvar na história do “golpe de estado”, ... para encobrir as verdades que causaram a explosão social de 2019, contra um governo incapaz de resolver os problemas do país e extremamente corrupto. Echalar e os trotskistas se diferenciaram claramente da direita racista, que se agrupava em torno do Comitê Cívico de Santa Cruz. Eles levantaram bandeiras claramente anti-imperialistas, reivindicando a defesa dos recursos naturais, contra o governo rendido de Evo Morales, que, naqueles dias, tornou público um acordo para entregar lítio a uma multinacional alemã.

Que, o governo tire da manga o suposto crime de “atribuir-se os direitos do povo”, quando todos sabem que

Echalar apenas recebeu e cumpriu o mandato, na qualidade de presidente da CODEINCA, de inúmeros conselhos realizados, tanto em Chuquisaca como o conselho nacional, realizado na cidade de La Paz. Nessas concentrações populares, com a clara intenção de se diferenciar da direita tradicional, as massas gritavam a bandeira “nem Evo, nem Mesa, nem o fascista Camacho”.

Que, retire a acusação de “conspiração”, como se Rodrigo tivesse concordado com outros “secretamente” para derrubar o governo do MAS, sem levar em conta que as massas chegaram à conclusão de que Evo deveria sair, por ser incapaz, repressivo e corrupto. Falar de conspiração no contexto de uma grande explosão social é contraditório. As massas mobilizadas não conspiram, elas impõem sua vontade nas ruas com sua ação direta. Foi o que aconteceu durante os dias de outubro a novembro de 2019...

Que, inventa o crime de “incitação pública a cometer um crime”? Um caudilho, um líder instigando o povo mobilizado a cometer crimes como se fosse uma massa indefesa sem capacidade de decidir? Só na cabeça de um governo reacionário cabe esse absurdo. As massas mobilizadas adquirem, em suas ações, capacidade criativa, e inventam os métodos mais adequados a uma realidade concreta. Nos dias de outubro a novembro de 2019, os mobilizados criaram métodos de resistência contra a repressão, mobilizando bandeiras, caminhos naturais de suas entranhas, para enfrentar as mudanças das circunstâncias durante o processo de mobilização, etc.

Portanto, o processo contra Rodrigo Echalar não tem nem pé, nem cabeça. No caso hipotético de um tribunal imparcial, as acusações seriam desfeitas uma após a outra; mas, estamos diante de uma justiça corrompida e controlada pelo Poder Executivo. Se os juízes receberem a ordem de prender Rodrigo, cumprirão timidamente a vontade do mestre.

A única maneira de resgatar seu colega das garras de um governo arbitrário e corrupto é por meio de ação direta. As massas nas ruas devem impedir que o Estado burguês encarcere o combatente em prisões nojentas.

Cochabamba 3 de novembro de 2022

(Extraído do Jornal Massas, nº 2722, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020

Argentina

Miséria da burocracia da CGT: só pensam nos cargos para as próximas eleições

A luta é hoje! É agora!

Parece um conto, mas dramaticamente não é. Para celebrar o 17 de Outubro, a cúpula burocrática da CGT realizou um ato em um lugar fechado, com acesso limitado. O eixo de sua intervenção foi proclamar a construção de um “novo espaço” para disputar cargos, queixando-se de que, “sendo a classe operária a coluna vertebral do peronismo”, tem de ter mais protagonismo no governo e em todos os espaços. A esse ponto chega a sua miséria política.

Outro setor da burocracia convocou para a Praça de Maio, com os caminhoneiros, mecânicos e bancários à frente, junto com Máximo Kirchner e o PJ da Província de Buenos Aires, um ato massivo, crítico do ato realizado em *Obras Sanitárias*, que reivindicava cargos, com críticas e algumas exigências ao governo. Mas também sob uma perspectiva eleitoreira. Reivindica manter a unidade da *Frente de Todos* para 2023, em nome de que há que “impedir que ganhe a direita”. Assustados outra vez, como em 2015, com o fantasma de que vêm a direita arrasar com todos nossos direitos (os que sobraram). Com esse fantasma defendem a governabilidade de Fernández, e vão engolindo todos os sapos de direita que existem.

Os cantos e bandeiras de alguns setores conclamando “Cristina Presidenta” são também uma amostra da impotência. Fernández é presidente por decisão de Cristina Kirchner, é seu produto. Se a dívida externa com FMI foi reconhecida, assim como também a dívida com credores privados, é porque nenhum setor, dentre eles, chamou abertamente os sindicatos, a CGT e a CTA a desconhecem e a não pagarem essa dívida, por meio da única via que se pode romper com essa política de submissão, que era e é nas ruas, parando, mobilizando. A voz de ordem de Cristina Kirchner foi clara: “os peronistas honramos as dívidas”, e se colocava como exemplo, pois, seu governo pagou dívidas que foram contraídas por todos os governos anteriores, um verdadeiro esvaziamento de nossos recursos.

Também o *Movimento Evita* realizou seu próprio ato em Matanza, para proclamar que disputará com seus próprios candidatos na província.

A realização de tantos atos em comemoração ao 17 de Outubro mostrou a crise e divisão dentro da frente, mas também mostrou que todos querem continuar sendo parte de uma frente que contemple todos os setores do peronismo.

O que importa é a sua evolução, porque se trata de organizações sindicais de trabalhadores e desempregados, que renegam a independência política. Dão o seu apoio aos governos capitalistas, garantindo a sua governabilidade, ao invés de lutarem por expressar as necessidades e a revolta dos trabalhadores. Todos defendem o regime de exploração do trabalho, sua máxima aspiração é obter uma participação maior no bolo, uma redistribuição do ingresso, que parece cada vez mais longe, inclusive sob o seu próprio governo. Não deixam de crescer a pobreza e a miséria, a enorme maioria dos trabalhadores e os

aposentados está cada vez mais longe da capacidade de arcar com o alto custo da cesta básica.

A discussão de que se suspende ou não as PASO (eleições primárias, abertas, simultâneas e obrigatórias) é puro oportunismo eleitoral das correntes. O voto não resolverá nenhum dos problemas mais graves que temos.

Para defender nossas condições de vida e de trabalho, devemos nos independizar política e sindicalmente, confiar exclusivamente em nossa organização e métodos de luta. Os planos da direita, o avanço contra nossos direitos, são para hoje, para agora! O FMI já está implementando a redução do orçamento, quer reduzir o “gasto” com as aposentadorias e os orçamentos da saúde, educação e obras públicas. Isso está se passando agora, e não para o próximo governo, avança agora pelas mãos de Fernández e Massa, do congresso e da CGT.

- Os salários e aposentadorias estão sendo destruídos AGORA por este governo, incapaz de tomar qualquer medida para conter a inflação insuportável.
- O salário-mínimo vital apenas alcança para uma semana. HOJE devemos lutar de conjunto para impor um valor que cubra o custo da cesta básica.
- A luta por terminar com a precarização trabalhista é HOJE.
- O orçamento de ajuste contra a educação, a saúde, a habitação estão sendo discutidos HOJE, e será aprovado nos próximos dias.
- A repressão aos mapuches é agora, com este governo, como a detenção das mulheres trasladadas a Buenos Aires em condições humilhantes, como teria feito Bulrich. A detenção de trabalhadores que lutam e os processos são HOJE, e devem ser rejeitados nas ruas.

Temos muitos motivos para sair em luta, unitariamente, por todas estas reivindicações e pela defesa do interesse nacional, violado e saqueado constantemente pelo imperialismo. Não se pode postergar. Este é o caminho para derrotar os planos da direita hoje. Abandonar estas lutas significa deixar o campo livre para que se vá mais fundo contra nossos direitos.

Os trabalhadores não têm alternativa, a não ser sair em luta agora. Como vamos suportar um ano mais nestas condições? Que não nos dividam, que não nos confundam com novas Ilusões. O capitalismo em brutal decomposição avança contra todos nossos direitos, contra nossas condições de vida e de trabalho. Somente a classe operária pode encabeçar a luta em defesa própria e da maioria. Não temos nada a perder, a não ser as nossas correntes. A luta é para hoje e agora, é com nossos métodos, com nossas reivindicações, recuperando todas as organizações sindicais para os trabalhadores, que nos livraremos politicamente de toda a podridão burguesa. O caminho é preparar desde as bases a greve geral.

(Extraído do Jornal Massas, nº 422, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Posição marxista sobre a questão da guerra e da paz

Publicamos esse documento sobre o problema da paz, escrito no primeiro ano da primeira Guerra Mundial, porque estabelece com precisão a política do proletariado diante de uma guerra de dominação. Não por acaso, Lênin, nos mesmos meses de julho e agosto de 1915, redigiu um folheto “O Socialismo e a Guerra”, por meio do qual desenvolve amplamente as teses marxistas das guerras na época do capitalismo imperialista.

A defesa do princípio do direito das nações oprimidas à autodeterminação e à separação se tornou parte integrante do programa da revolução proletária. O rechaço a qualquer tipo de opressão sofrida pelas débeis nações somente pode ser prático pelo partido que esteja constantemente preparando as condições para a destruição do capitalismo e construção da sociedade socialista. Eis por que Lênin afirma, em “O Socialismo e a Guerra”: Os socialistas não podem alcançar seu elevado objetivo se não lutam contra qualquer tipo de opressão das nações. No manuscrito “O problema da paz”, Lênin faz a mesma referência: “A consigna da autodeterminação das nações deve ser

aplicada igualmente em relação à época imperialista do capitalismo”.

Parece-nos muito importante a explicação do vínculo da bandeira da paz com a aspiração da classe operária e dos demais explorados. O que se distingue da farsa burguesa, que se utiliza da bandeira da paz para impor a opressão do vencedor sobre o vencido. É preciso prestar muita atenção na seguinte orientação leninista: “*Isso significa que os socialistas podem permanecer indiferentes diante das demandas de paz das massas cada vez mais amplas? De maneira alguma. Uma coisa são as consignas da vanguarda politicamente consciente dos operários; outra, são as demandas espontâneas das massas. O anseio de paz é um dos sintomas mais importantes da incipiente desilusão a respeito da mentira burguesa sobre os objetivos “libertadores” da guerra, sobre a “defesa da pátria” e, além disso, que esgrime a classe dos capitalistas para enganar a plebe. Os socialistas devem prestar a maior atenção a esse sintoma. Todos os esforços devem tender a utilizar o estado de ânimo das massas em favor da paz”.*

Abaixo publicamos o texto de Lênin.

O problema da paz

O problema da paz, como programa atual dos socialistas, assim como o problema das condições da paz, relacionado com ele, interessam a todos. É impossível passar por cima do reconhecimento que nos faz o jornal Berner Tagwacht, pela tentativa de avaliarmos nele a colocação do problema, não do habitual ponto de vista nacional pequeno-burguês, mas sim do ponto de vista verdadeiramente proletário, internacional. A nota da Redação, que apareceu no número 73 (“Friednssehnsucht”), que disse que os social-democratas alemães que desejam a paz devem romper (sich lossagen) com a política do governo dos junkers, é magnífica. São magníficas as manifestações do camarada A. P. (números 73 e 75), contra “os ares de suficiência dos charlatães impotentes” (Wichtgtwerei machtloser Schönredner), que tratam em vão de resolver o problema da paz do ponto de vista pequeno-burguês.

Vejamos como os socialistas devem colocar esse problema.

A consigna da paz pode ser colocada em relação a determinadas condições de paz, ou melhor, sem condição alguma, como a luta, não por uma paz determinada, mas por uma paz em geral (Frieden ohne weiters). É evidente que, nesse último caso, falamos diante de uma consigna que, além de não ser socialista, carece, em geral, por completo de conteúdo, de sentido. Pela paz em geral estão sem dúvida todos, sem excetuar Kitchner, Joffre, Hundenburg e Nicolás o Sanguinário, pois, cada um deles deseja acabar com a guerra: o problema consiste em que cada um põe condições de paz imperialistas (isto é, de saque e de opressão de povos alheios), que favorecem a “sua” nação. É preciso formular as consignas para explicar às massas, na propaganda e na agitação, a diferença irreconciliável que existe entre socialismo e capitalismo (imperialismo), e não para conciliar duas classes inimigas, e duas políticas hostis, mediante uma palavrinha “unificadora” de coisas mais diversas.

Prossigamos. É possível unir os socialistas dos distintos paí-

Lênin, julho-agosto de 1915

ses sobre a base de determinadas condições de paz? Se é assim, entre essas condições deve figurar inquestionavelmente o reconhecimento do direito de todas as nações à autodeterminação e à renúncia de quaisquer “anexações”, ou seja, à violação desse direito. Mas, reconhecer esse direito somente a algumas nações significa defender os privilégios de determinadas nações, isto é, significa ser um nacionalista e um imperialista, não um socialista. E, se se reconhece este direito a todas as nações, não se pode falar, por exemplo, somente da Bélgica, mas também é preciso englobar todos os povos oprimidos, tanto da Europa (os irlandeses na Inglaterra, os italianos em Niza, os daneses, etc. na Alemanha; os 57% da população da Rússia, etc.) como fora da Europa, isto é, de todas as colônias. O camarada A. P. a citou muito apropriadamente. Inglaterra, França e Alemanha têm uma população de aproximadamente 150 milhões de habitantes, e oprimem nas colônias uma população de mais de 400 milhões de seres! A essência da guerra imperialista, isto é, da guerra que se faz em defesa dos interesses dos capitalistas, não se limita à guerra para oprimir novas nações, à partilha das colônias; consiste, além disso, em que a realizam, principalmente, as nações avançadas, que oprimem a vários outros povos que abarcam a maioria da população do globo.

Os socialdemocratas alemães que justificam a conquista da Bélgica ou que conciliam com isso são, nos fatos, imperialistas e nacionalistas, nunca socialdemocratas, já que defendem o “direito” da burguesia alemã (e, em parte, também dos operários alemães) de oprimir os belgas, os alsacianos, os daneses, os polacos, os negros na África, etc. Em vez de socialistas, são servidores da burguesia alemã, à qual ajudam a roubar nações alheias. Também os socialistas belgas, que colocam como única reivindicação libertar e indenizar a Bélgica, defendem nos fatos uma reivindicação da burguesia belga, que deseja continuar saqueando os 15 milhões de habitantes do Congo, e obter

concessões e privilégios em outros países. Os burgueses belgas investiram no estrangeiro cerca de 3 bilhões de francos; daí que, nos fatos, o “interesse nacional” da “heroica Bélgica” seja o de proteger os benefícios que advêm desses bilhões, por meio de qualquer engano e trapaça. O mesmo se pode dizer – ainda que em grau superlativo – da Rússia, Inglaterra, França e Japão.

Consequentemente, se a reivindicação da liberdade das nações não é uma frase vazia, que oculta o imperialismo e o nacionalismo de uns quantos países, se deve estender a todos os povos e a todas as colônias. Esta reivindicação, por outro lado, carece evidentemente de conteúdo, sem uma série de revoluções em todos os países avançados. Mais ainda: é irrealizável se não triunfar a revolução socialista.

Isso significa que os socialistas podem permanecer indiferentes diante das demandas de paz das massas cada vez mais amplas? De maneira alguma. Uma coisa são as consignas da vanguarda politicamente consciente dos operários; outra, são as demandas espontâneas das massas. O anseio de paz é um dos sintomas mais importantes da incipiente desilusão a respeito da mentira burguesa sobre os objetivos “libertadores” da guerra, sobre a “defesa da pátria” e, além disso, que esgrime a classe dos capitalistas para enganar a plebe. Os socialistas devem prestar a maior atenção a esse sintoma. Todos os esforços devem tender a utilizar o estado de ânimo das massas em favor da paz. Mas, como utilizá-lo? Reconhecer a consigna da paz e repeti-la seria tanto como estimular “os ares de suficiência dos charlatães impotentes” (e, com frequência, algo pior: hipócritas). Seria enganar o povo com a ilusão de que os atuais governos, as atuais classes dirigentes são capazes, sem ter sido “instruídos” (ou, mais exatamente, desalojados) por várias revoluções, de chegar a uma paz que satisfaça em certa medida a democracia e a classe operária. Nada mais perigoso do que este engano. Nada cega mais os operários, os inculca a falsa ideia de que a contradição entre o capitalismo e o socialismo é superficial; nada há que encubra melhor a escravidão capitalista. Não. Devemos utilizar o estado de ânimo favorável à paz para explicar às massas que os benefícios que esperam dela são impossíveis sem uma série de revoluções.

Nosso objetivo é o fim das guerras, a paz entre os povos e o fim dos saques e das violências; e somente os sofistas burgueses podem procurar seduzir com isso as massas, separando esse objetivo da propaganda imediata e direta das ações revolucionárias. O terreno para essa propaganda está preparado, e, para levá-la a cabo, é necessário romper com os oportunistas, esses aliados da burguesia que impedem o trabalho revolucionário, tanto direta (chegando até a delação) como indiretamente.

A consigna da autodeterminação das nações deve ser aplicada igualmente em relação à época imperialista do capitalismo. Não somos partidários do status quo, não somos partidários da utopia pequeno-burguesa de se manter à margem das grandes guerras. Somos partidários da luta revolucionária contra o imperialismo, isto é, contra o capitalismo. O imperialismo consiste precisamente na tendência das nações, que oprimem várias outras, a ampliar e a reforçar essa opressão, a repartir as colônias. Por essa razão, em nossa época, a chave do problema da autodeterminação das nações reside na própria conduta dos socialistas das nações opressoras. O socialista de uma nação opressora (Inglaterra, França, Alemanha, Japão, Rússia, Estados Unidos etc.)

que não reconhece, nem defende o direito das nações oprimidas à autodeterminação (isto é, à livre separação), em realidade não é socialista, mas sim chauvinista.

Somente esse ponto de vista permite lutar de maneira consequente, sem hipocrisia, contra o imperialismo, e colocar o problema nacional (em nossa época) de modo proletário, não pequeno-burguês. Somente deste ponto de vista, se pode conduzir a uma aplicação consequente do princípio de lutar contra toda forma de opressão das nações; dissipa a desconfiança entre os proletários das nações opressoras e das nações oprimidas, e conduz à luta solidária, internacional, pela revolução socialista (isto é, pelo único regime em que é realizável a completa igualdade de direito nacional), e não pela utopia pequeno-burguesa da liberdade de todos os pequenos Estados em geral, sob o capitalismo.

Esse é o ponto de vista de nosso partido, isto é, dos socialdemocratas da Rússia, identificados com o Comitê Central (CC). Esse era o ponto de vista de Marx, que ensinou ao proletariado que “um povo que oprime outros povos não pode ser livre”. Desse ponto de vista, é que Marx coloca a separação da Irlanda da Inglaterra, isto de acordo com o interesse do movimento de libertação, não só da Irlanda, mas especialmente dos operários ingleses.

Se os socialistas ingleses não reconhecem, nem defendem o direito da Irlanda à separação; os franceses, o da Niza italiana; os alemães, da Alsacia e Lorena, do Scheleswig danês e da Polônia; os russos, o da Polônia, Finlândia, Ucrânia etc.; os polacos da Ucrânia; se todos os socialistas das “grandes” potências, isto é, das potências que realizam grandes saques, não defendem esse mesmo direito para as colônias, é única e exclusivamente porque na prática são imperialistas e não socialistas. E é ridículo alimentar a ilusão de que essa gente que não defende “o direito à autodeterminação” das nações oprimidas, e que pertence ela mesma às nações opressoras, é capaz de uma política socialista.

Em vez de permitir que os charlatães hipócritas enganem o povo com frases e promessas sobre a possibilidade de uma paz democrática, os socialistas devem explicar às massas a impossibilidade de uma paz medianamente democrática, sem uma série de revoluções, e sem uma luta revolucionária em cada país contra o seu próprio governo. Em vez de permitir que os políticos burgueses enganem os povos com frases sobre a liberdade das nações, os socialistas devem explicar às massas das nações opressoras que não têm perspectiva de libertação, se ajudam a oprimir outras nações, se não reconhecem e defendem o direito dessas nações à autodeterminação, isto é, à livre separação. Tal é a política socialista, e não imperialista, válida para todos os países, quanto ao problema da paz e ao problema nacional. É certo que esta política é incompatível em sua maior parte com as leis que punem como delitos de alta traição; mas também é incompatível com elas a Resolução da Basileia, que tão vergonhosamente os socialistas das nações opressoras traíram.

É preciso decidir: entre o socialismo ou a submissão às leis dos senhores Joffre e Hindenburg, entre a luta revolucionária ou o servilismo diante do imperialismo. Não há meio termo. Daí o enorme dano que os inventores hipócritas (ou obtusos) da política da “linha intermediária” causam ao proletariado.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXII, Akal Editor)